

**MARLENE BRAZ PINTO NOGUEIRA**

**ESTUDO DA QUALIDADE DA  
ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO  
JUDICIAL PELA INTERNET NO BRASIL:  
O INDICADOR DO CEJA**

**PUC - CAMPINAS  
2007**

**MARLENE BRAZ PINTO NOGUEIRA**

**ESTUDO DA QUALIDADE DA  
ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO  
JUDICIAL PELA INTERNET NO BRASIL:  
O INDICADOR DO CEJA**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação ao programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos

**PUC - CAMPINAS**

**2007**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**Autor (a):** NOGUEIRA, Marlene Braz Pinto

**Título:** "ESTUDO DA "QUALIDADE DA ACESSIBILIDADE" DA INFORMAÇÃO JUDICIAL  
PELA INTERNET NO BRASIL: O INDICADOR DO CEJA" .

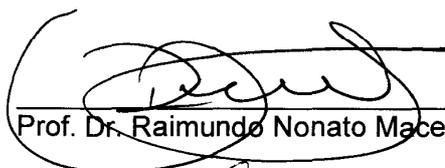
**Orientador (a):** Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos

**Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação  
de Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas,  
e aprovada pela Banca Examinadora.

Data: 06/03/2007.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos



Profª. Dra. Maria Cristiane Barbosa Galvão



Profª. Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo

Á memória de meus pais Sinésio e Onilda.

Ao meu amado Jorge, companheiro e cúmplice desta jornada, que a todo o momento contribuiu, estimulou, foi exemplo vivo e com seu amor participou decisivamente no implemento deste trabalho.

Aos nossos filhos Tiago e Carolina, riquezas indescritíveis.

Agradecimento especial ao professor *Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos*, pela honra de tê-lo como orientador, pelos seus preciosos ensinamentos, pela constante lisura profissional cercada de atenção, dedicação, empenho e incentivo, inerentes em todos os gestos, atitudes e em seu próprio ser.

Pela dedicação com afinco e constante sabedoria na tarefa de transmissão e geração do conhecimento, presto homenagens aos professores: *Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, Dra. Marta Lígia P. Valentim, Dra. Nair Yumiko Kobashi, Dra. Celeste Aída S. C. Jannuzzi, Dr. José Oscar Fontanini de Carvalho, Dr. Orandi Mina Falsarella, Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior e Dr. Paulo de Martino Jannuzzi.*

Agradeço aos *amigos de turma*, que me receberam com presteza e carinho, propiciando minha integração numa equipe composta de pessoas advindas de diversas áreas do saber, com diversidade de experiências e que pela seriedade hegemônica, formou-se um grupo notoriamente coeso.

Presto agradecimentos também aos *funcionários da Ciência da Informação: da biblioteca, da informática, da coordenação, do setor administrativo, em fim a todos* que sempre me prestaram auxílio com profissionalismo, dedicação e carinho.

NOGUEIRA, Marlene Braz Pinto, **Estudo da qualidade da acessibilidade da informação judicial pela internet no Brasil: o indicador do Ceja**. p. 98. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Pontifícia Universidade Católica de Campinas

## **Resumo**

Estudo que discorre sobre o contexto, história, objeto da Ciência da Informação e a influência da internet e hipertexto como pré-condição de acesso e recuperação de informação judicial e cidadania. A pesquisa adentra na questão da medida e avaliação de acesso da informação judicial com o uso de metodologia desenvolvida pelo Centro de Estudios de Justicia de las Américas (Ceja) com apuração de resultados do Superior Tribunal de Justiça do Brasil (STJ) e dos dois principais tribunais estaduais de segunda instância do Brasil, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) com apresentação de comparativo entre os mesmos.

**Palavras-Chave: Informação Judicial; Qualidade da Acessibilidade; Internet; Avaliação; Tribunais e Cidadania.**

## Abstract

Study that discourse on the context, history, object of the Science of the Information and the influence of the internet and hypertext as precondition of access and recovery of judicial information and citizenship. The research it enters in the question of the measure and evaluation of access of the judicial information with the use of methodology developed for the Centro de Estudios de Justicia de las Americas (Ceja) with verification of results of the Superior Court of Justice of Brazil (STJ) and the two main state courts of second tier of Brazil, the Court of Justice of São Paulo (TJSP) and the Court of Justice of Rio Grande do Sul (TJRS) with presentation of comparative degree between the same ones.

**Key Words: Information Legal; Quality of the Accessibility; Internet; Evaluation; Courts and Citizenship**

**MARLENE BRAZ PINTO NOGUEIRA**

**ESTUDO DA QUALIDADE DA  
ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO  
JUDICIAL PELA INTERNET NO BRASIL:  
O INDICADOR DO CEJA**

**PUC - CAMPINAS  
2007**

**MARLENE BRAZ PINTO NOGUEIRA**

**ESTUDO DA QUALIDADE DA  
ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO  
JUDICIAL PELA INTERNET NO BRASIL:  
O INDICADOR DO CEJA**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação ao programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos

**PUC - CAMPINAS**

**2007**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente e Orientador Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos

---

1º Examinador Prof. (a). Dr. (a).

---

2º Examinador Prof. (a). Dr. (a).

Campinas, 2007.

À memória de meus pais Sinésio e Onilda.

Ao meu amado Jorge, companheiro e cúmplice desta jornada, que a todo o momento contribuiu, estimulou, foi exemplo vivo e com seu amor participou decisivamente no implemento deste trabalho.

Aos nossos filhos Tiago e Carolina, riquezas indescritíveis.

Agradecimento especial ao professor *Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos*, pela honra de tê-lo como orientador, pelos seus preciosos ensinamentos, pela constante lisura profissional cercada de atenção, dedicação, empenho e incentivo, inerentes em todos os gestos, atitudes e em seu próprio ser.

Pela dedicação com afinco e constante sabedoria na tarefa de transmissão e geração do conhecimento, presto homenagens aos professores: *Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, Dra. Marta Lígia P. Valentim, Dra. Nair Yumiko Kobashi, Dra. Celeste Aída S. C. Jannuzzi, Dr. José Oscar Fontanini de Carvalho, Dr. Orandi Mina Falsarella, Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior e Dr. Paulo de Martino Jannuzzi.*

Agradeço aos *amigos de turma*, que me receberam com presteza e carinho, propiciando minha integração numa equipe composta de pessoas advindas de diversas áreas do saber, com diversidade de experiências e que pela seriedade hegemônica, formou-se um grupo notoriamente coeso.

Presto agradecimentos também aos *funcionários da Ciência da Informação: da biblioteca, da informática, da coordenação, do setor administrativo, em fim a todos* que sempre me prestaram auxílio com profissionalismo, dedicação e carinho.

NOGUEIRA, Marlene Braz Pinto, **Estudo da qualidade da acessibilidade da informação judicial pela internet no Brasil: o indicador do Ceja**. p. 98. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Pontifícia Universidade Católica de Campinas

## **Resumo**

Estudo que discorre sobre o contexto, história, objeto da Ciência da Informação e a influência da internet e hipertexto como pré-condição de acesso e recuperação de informação judicial e cidadania. A pesquisa adentra na questão da medida e avaliação de acesso da informação judicial com o uso de metodologia desenvolvida pelo Centro de Estudios de Justicia de las Américas (Ceja) com apuração de resultados do Superior Tribunal de Justiça do Brasil (STJ) e dos dois principais tribunais estaduais de segunda instância do Brasil, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) com apresentação de comparativo entre os mesmos.

**Palavras-Chave: Informação Judicial; Qualidade da Acessibilidade; Internet; Avaliação; Tribunais e Cidadania.**

## Abstract

Study that discourse on the context, history, object of the Science of the Information and the influence of the internet and hypertext as precondition of access and recovery of judicial information and citizenship. The research it enters in the question of the measure and evaluation of access of the judicial information with the use of methodology developed for the Centro de Estudios de Justicia de las Americas (Ceja) with verification of results of the Superior Court of Justice of Brazil (STJ) and the two main state courts of second tier of Brazil, the Court of Justice of São Paulo (TJSP) and the Court of Justice of Rio Grande do Sul (TJRS) with presentation of comparative degree between the same ones.

**Key Words: Information Legal; Quality of the Accessibility; Internet; Evaluation; Courts and Citizenship**

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 O CAMPO DA INFORMAÇÃO - AMBIENTE SOCIAL, DIMENSÕES DE SUA DEFINIÇÃO E ORIGENS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 A informação no processo das mudanças sociais .....	16
1.2 As dimensões da definição da informação .....	20
1.3 Origens da Ciência da Informação.....	22
1.4 Ciência da informação definição e interdisciplinaridade .....	27
<b>2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A GÊNESE DA INTERNET, O PAPEL DO HIPERTEXTO E A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>30</b>
2.1 A Gênese e a dimensão da internet.....	30
2.2 O papel do hipertexto na internet e no processo de recuperação da informação.....	37
<b>3 O CAMPO DA INFORMAÇÃO JUDICIAL NA INTERNET.....</b>	<b>41</b>
3.1 A informação judicial e a Carta de Heredia.....	41
3.2 Dimensões conceituais da informação judicial.....	42
3.3 Informação judicial como informação social - bem público que reflete no exercício de cidadania..	44
<b>4 ASPECTOS METODOLÓGICOS, CRITÉRIO DE PESQUISA E COLETAS DE DADOS PARA SE ESTABELECEER UM ÍNDICE DE ACESSIBILIDADE DE INFORMAÇÕES JUDICIAIS PELA INTERNET .....</b>	<b>51</b>
<b>5 CRITÉRIO DE ESCOLHA E APURAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>65</b>

<b>5.1 Critério de escolha .....</b>	<b>65</b>
<b>5.2 Página principal de cada portal.....</b>	<b>66</b>
<b>5.3 Tabulação dos dados.....</b>	<b>67</b>
<b>5.4 Aplicação dos resultados .....</b>	<b>73</b>
<b>5.5 Apresentação de resultados por agrupamento e totalização geral .....</b>	<b>83</b>
<b>5.6 Totalização de cada tribunal e ordem de classificação por relevância.....</b>	<b>84</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>93</b>

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Equações de revocação e precisão .....	26
Figura 2 - Gráfico de revocação e precisão .....	26
Figura 3 - Trecho do relatório de Baran .....	33
Figura 4 - Reprodução Diagrama representando os pontos (nós) da Arpanet em 1971 .....	34
Figura 5 - Mapa da distribuição de processo por estados.....	65
Figura 6 - Portal do STJ .....	66
Figura 7 - Portal do TJRS .....	66
Figura 8 - Portal do TJSP .....	67
Figura 9 - Gráfico relativo à classificação dos tribunais .....	84

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Tabela de indicadores agrupados.....	52
Tabela 2 - Aplicação dos pesos por itens específicos da ponderação.....	73
Tabela 3 - Valores consolidados por grupo.....	83
Tabela 4 - Tabela descritiva da classificação dos tribunais .....	84

## **Lista de Quadros**

Quadro 1- comparativo do Ranking dos países medidos pelo Ceja com os tribunais estudados neste trabalho .....	87
---	----

## **Introdução**

Para entendermos o arcabouço de transformação social do mundo atual, multiinformacional, oriundo da destruição de fronteiras territoriais imposta pela globalização, necessário se faz estudar a Ciência da Informação como ciência de alcance interdisciplinar, e, compreender como se comporta o processo de acessibilidade aos estoques de informação.

Dessa forma, cabe destacar que a informação é consequência da necessidade social que se vincula estritamente à necessidade de conhecimento, tanto individual como do grupo social. Condição que nos remete a pensar nos modelos de recuperação da informação propostos por Le Coadic (1996, p. 74-76).

Nesse contexto, Le Coadic (1996, p. 49) deduz que o emprego do objeto informação se liga obrigatoriamente a uma necessidade de informação, condição que implica fundamentalmente o processo de que trabalhar com a informação é cumprir com o objetivo de satisfazer a uma necessidade de informação.

A própria história da Ciência da Informação, quando revisitada, indica seu nascimento como parte integrante da Ciência Social, voltada ao objeto da análise, comunicação e utilização da informação, tendo a recuperação da informação focada como meio para gerar conhecimento.

Conforme Le Coadic (1996) existe quatro modelos próprios e de base vinculados à Ciência da Informação, pelos quais se busca a condição da recuperação da informação com objetivo para não se perder a dinâmica da qualidade da informação. Entretanto, a par desses objetivos que os modelos apresentam, pode-se notar que a maior preocupação deles está mais em torno de como o usuário deve manipular sua busca pela recuperação de informação do que propriamente no constructo da acessibilidade que os estoques da informação possam oferecer para facilitar a recuperação. Essa condição pode ser fundamentada na seguinte passagem:

[...] Mais recentemente, surgiram os modelos centrados nas audiências: modelos orientados para o “receptor”, em oposição aos precedentes que eram orientados para o “emissor”, para a “fonte”. Em vez de se interessar pelos efeitos dos meios, por exemplo, sua influência sobre as pessoas, interessa-se pelo que as pessoas fazem dos meios, pelo uso que deles fazem. (Le Coadic, 1996, p. 74)

Não é possível desvincular as fontes dos usos dos recursos informacionais, pois se entrelaçam, são interdependentes. Dessa forma, não adianta vincular somente modelo para o usuário ser transformado em especialista na recuperação da informação se o estoque não existe ou se mostra inacessível.

Pensando dessa forma e com a proposição de fundamentos descritos anteriormente, que este trabalho, então, propõe-se justamente a tratar da qualidade da acessibilidade da informacional judicial disponibilizada pela internet, cujo objeto pode ser especificado da seguinte forma: qual é a qualidade da acessibilidade aos estoques de informações judiciais oferecidos pela internet do Superior Tribunal de Justiça (STJ) do Brasil e dos dois principais tribunais estaduais de segunda instância do Brasil, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e o Tribunal do Rio Grande do Sul (TJRS) com os indicadores gerais de 2006 do **Centro de Estudios de Justicia de las Américas (Ceja)**.

Cabe enfatizar que o presente trabalho possui como objetivo central analisar o processo qualitativo da acessibilidade da informação judicial via internet, especificamente com a intenção de fomentar as ligações da informação judicial com a Ciência da Informação, medir, comparar, avaliar e identificar a transparência do ambiente informacional disponibilizada pelos *websites* do STJ e desses tribunais estaduais de segunda instância. Merece esclarecer que a essência do significado da qualidade de acessibilidade de informação abordada neste trabalho se refere ao grau de possibilidade de qualquer usuário recuperar a informação e não a qualquer grupo de usuários em especial.

A justificativa deste trabalho implica focalizar a questão, ainda não aprofundada nos estudos da Ciência da Informação, ou seja, conhecer o estado da arte do acesso informacional, e ainda analisar a estrutura dessa gestão, de forma propiciar a indicação dos vetores para uma possível ampliação de fronteiras do estoque informacional como componente do processo de acessibilidade para o

exercício da plena cidadania.

Para tanto, elegemos os dois tribunais estaduais de segunda instância mais relevantes, o do Rio Grande do Sul e o de São Paulo, além do STJ, para aferição, avaliação e comparação. Importante é destacar que as razões dessa escolha se devem às seguintes circunstâncias: os tribunais estaduais de segunda instância cedem parte de seu quadro funcional para as instâncias superiores; parte da jurisprudência definitiva é formada nesses tribunais, cabendo apenas à instância superior, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), formar a jurisprudência definitiva somente dos processos que implicam recurso específico. É importante destacar ainda que, cada Tribunal de Justiça estadual possui estrutura própria imposta pela Constituição de cada estado, uma vez que o Brasil é uma República Federativa e que o somatório dos tribunais estaduais que terão o aparato informacional avaliado representa 54,21% do total de recursos ingressados no STJ em 2005.

Espera-se contribuir, na prática, com a contextualização da qualidade de acesso informacional da internet e com o mecanismo de avaliação do *status quo* dessa base de informação. Em termos teóricos pretende-se contribuir com o conjunto formativo da epistemologia da informação, notadamente na natureza, na gênese e nos efeitos dos processos e sistemas para a construção da acessibilidade e do uso da informação judicial.

Um quesito de importância que vale a pena ressaltar é que, ao traçar um perfil qualitativo da informação, como o proposto neste trabalho, remete-se à questão da importância do aproveitamento real da internet, atualmente como principal meio de armazenamento, distribuição e fluência da informação, que deve ser usado na sua máxima potencialidade, principalmente quando se trata de cidadania. Portanto, avaliar e comparar como os tribunais anteriormente referidos operam na estrutura de suporte da internet e qual é a qualidade desse acesso informacional possibilitará traçar um perfil individualizado de como a recuperação da informação para a cidadania está disposta nesses tribunais do Brasil.

Lançamos como hipótese central a de que os tribunais de segunda instância referidos, quando comparados individualmente, deverão produzir índice total de acessibilidade abaixo da média geral do Brasil, 63,1%, apontado pelo

Ceja, e com provável média de acessibilidade abaixo do STJ, em razão da organização de seus estoques de informações não estarem enquadrados segundo parâmetros do Ceja.

Pretende-se realizar este estudo em formato empírico, moldado pelos parâmetros da Ciência da Informação, imputando a própria metodologia do Ceja como método de avaliação, para possibilitar a comparação dos *websites* judiciais em questão. Esclarecendo que toda a análise será apoiada pela revisão de literatura existente na Ciência da Informação, focada no contexto da preocupação social.

Desta forma o trabalho foi construído em cinco seções afora a introdução e considerações finais.

A seção um aborda “O campo da informação - ambiente social, dimensões de sua definição e origens da Ciência da Informação” pondera sobre a influência do modo de produção no meio social, discorre sobre a dimensão do significado da informação e retrata o tempo histórico da Ciência da Informação e sua interdisciplinaridade.

A seção dois demonstra “Considerações sobre a gênese da internet, o papel do hipertexto e a recuperação da informação” retrata a internet pelo tempo histórico focada na questão da recuperação da informação e destaca o hipertexto como um dos instrumentos revolucionários na recuperação da informação.

A seção três com o título “O campo da informação judicial na internet” trata da informação judicial, apresenta tópicos da carta de Heredia (resultante do evento em que foi discutida questão das dificuldades e vantagens da veiculação de informações judiciais por meio da internet), discorre sobre as dimensões da cidadania e informação pública judicial.

A seção quatro retrata os “Aspectos metodológicos, critério de pesquisa e coletas de dados para se estabelecer um índice de acessibilidade de informações judiciais pela internet” descreve detalhadamente o método do Ceja utilizado neste trabalho.

A seção cinco finaliza com o “Critério de escolha e apuração dos resultados” de acordo com a metodologia proposta na seção anterior.

# **1 O campo da informação - ambiente social, dimensões de sua definição e origens da Ciência da Informação**

## **1.1 A informação no processo das mudanças sociais**

No processo de elaboração deste trabalho ficou patente que para compreender especificamente a informação judicial, tanto em sua novidade como em sua complexidade, foi condição *sine qua non* aprofundar o entendimento em torno das representações sociais da informação na sociedade contemporânea.

Desta forma, qualquer análise do ponto de vista do comportamento social da informação, passa pela tipicidade do modo de produção, que pode ser definido como a forma pela qual são satisfeitas as necessidades materiais da sociedade. Consigna-se neste conceito tanto o processo de articulação de forças produtivas como a apropriação do produto. Neste sentido, pode-se inferir que a informação é elemento primordial para o processo do conhecimento, tanto na produção de bens materiais e simbólicos, como na apropriação destes bens e cumpre papel histórico sobre o comportamento de evolução social.

Cintra et. al. ao refletirem sobre a relação entre a informação e sua ligação decisiva com a transformação social, afirmam:

Neste sentido, parece indiscutível que a informação cumpre papel decisivo na mudança dos destinos da humanidade, uma vez que ela está, diretamente, ligada ao conhecimento, ao desenvolvimento de cada uma das áreas do saber, já que todo conhecimento começa por algum tipo de informação e se constitui em informação. (2002, p. 19)

Pode-se, também, fundamentar este ponto de vista com o explicitado por Le Coadic, que reproduz em sua obra os dizeres de Engels, o qual atrela a atividade social às condições históricas e socioeconômicas, nada mais do que a vinculação dos atores sociais e seus produtos ao modo de produção.

TODA CIÊNCIA é uma atividade social determinada por condições históricas e socioeconômicas. Assim aconteceu com a ciência da natureza – a física –, e com o desenvolvimento da sociedade industrial. A física nasceu com o advento do sistema mercantil. Alguns de seus ramos formaram, ao longo do tempo, ciências

independentes como a química e a biologia. Essa sociedade industrial tinha necessidade de um sistema de produção que lhe permitisse uma utilização sempre crescente da natureza. E o desenvolvimento dessa produção industrial necessitava de “uma ciência que estudasse as propriedades físicas dos objetos naturais e as formas de ação das forças da natureza”. (Engels apud Le Coadic, 1996, p. 19)

Tal condição indica que existe uma relação a revelar que a informação como objeto de uma Ciência se integra à atividade social e às condições socioeconômicas que a etapa histórica reflete; tal fato é passível de constatação quando observamos a interação da internet neste processo.

Não é diferente a relação da informação judicial com o meio sócio econômico, nesse escopo pode-se fundamentar com o texto de Coutinho:

A complexidade dos sistemas socioeconômicos, dentro dos quais há de atuar o Judiciário, reflete-se na litigiosidade extrapolante da legislação codificada: o órgão estatal competente para elaborar leis não consegue acompanhar o avanço das mutações sociais, e isto vem forçando uma atuação inovadora do operador do Direito na solução do conflito. (1998, p. 158)

Neste aspecto, Castells (1999) indica que a grande transformação do mundo atual emergiu de um conjunto de fatores combinados, notadamente delineados a partir da década de 1970. A crise econômica do Estado e sua reestruturação nos moldes neoliberais, o florescimento de novos movimentos sociais e a grande revolução das tecnologias de informação foram os fatores diferenciais, citados por esse autor, que mudaram definitivamente a orientação da forma e a velocidade da circulação de riqueza do mundo. A obra de Castells revela que o novo paradigma tecnológico precipitou a descontinuação das bases materiais da sociedade, cultura e economia. Na visão desse autor, a informação, apoiada pelo desenvolvimento tecnológico, adquire um papel fundamental, pelo qual seu processamento penetra de forma irreversível no sistema econômico e social e a subsunção do trabalho intelectual se torna a tônica da produção direta. De metáfora o virtual transforma-se na concretização de valores dominantes: quem, e, o que está conectado seria o novo fundamento de valor da sociedade atual.

Na seqüência dessas mudanças, Castells (1999, p. 35) deduz que o modo de produção atual é uma nova etapa do capitalismo, cuja principal fonte de

produtividade se integra na “ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos”.

A partir da definição da etapa do modo de produção oferecida por Castells, necessário se faz diferenciar o conceito entre os termos “sociedade da informação” e “sociedade informacional”. Para Castells o termo “informação” comparece como elemento necessário a qualquer modo de produção e sociedade, pois indica o ato da “comunicação do conhecimento” fundado em base intelectual. Já o conceito de “sociedade informacional” implica denominar o modo de produção atual, pelo qual a transmissão da informação se converte em “conhecimentos sobre os próprios conhecimentos”, como fonte de “produtividade” e riqueza:

O termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade. Mas afirmo que informação, em seu sentido mais amplo, por exemplo, como comunicação de conhecimentos, foi crucial a todas as sociedades, inclusive à Europa medieval que era culturalmente estruturada e, até certo ponto, unificada pelo escolasticismo, ou seja, no geral uma infra-estrutura intelectual (ver Southem, 1995). Ao contrário, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder em razão das novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico. [...] Meu emprego dos termos sociedade informacional e economia informacional tenta uma caracterização mais precisa das transformações atuais, além da sensata observação de que a informação e [...] Por exemplo, *uma* das características principais da sociedade informacional é a lógica de sua estrutura básica em redes, o que explica o uso do conceito de “sociedade em rede”, definido e especificado na conclusão deste volume. Contudo, outros componentes da “sociedade informacional”, como movimentos sociais ou o Estado, mostram características que vão além da lógica dos sistemas de redes, embora sejam muito influenciadas por essa lógica, típica da nova estrutura social. [...] Portanto, em um mundo construído em torno das tecnologias da informação, sociedade da informação, informatização, infovia e coisas parecidas. (1999, p.46)

Na corrente oposta a Castells, em relação à superação da sociedade industrial, Lojkin (2002, p. 7) ressalta que a revolução informacional vivida vai muito além de uma mera revolução tecnológica, pois indica “o surgimento de uma civilização não mais dividida entre aqueles que produzem e os que comandam,

mas entre aqueles que detêm o conhecimento e os que são excluídos deste exercício”

Para fundamentar sua oposição a Castells, Lojkine cogita que a revolução informacional vivida atualmente não é um movimento ligado à mera prestação de serviços, mas, sim, um movimento de atividades de formação e articulação da produção material, que remete na realidade a uma nova relação de subsunção do trabalho, que salta das mãos para o intelecto. Considera duas características de extrema importância sobre a questão:

- 1) o tratamento “inteligente” da informação afeta a antiga relação homem/máquina/produto material, própria do maquinismo:
  - a máquina não é mais um suporte cego da força motriz, mas um substituto da inteligência, que também emite informação e com a qual o homem pode dialogar;
  - o “produto” não é mais um objeto material, mas uma informação imaterial;
- 2) a relação homem/meio material/produto é substituída pela relação homem/homem, que coloca em primeiro plano as novas exigências nascidas da relação direta de prestação. Exigências contraditórias, como veremos, já que elas implicam tanto relações não-mercantis (ainda que haja a tentativa de mercantilizá-las) quanto relações de poder e dominação. (Lojkine, 2002, p. 125)

A ótica de Hobsbawm, histórica, porém não menos observadora, indica o mesmo sentido de Lojkine, quando analisa a questão a partir do desemprego estrutural, originado do próprio processo contraditório do sistema capitalista, o qual credita os avanços na teoria e prática da informação, que, associadas à tecnologia, modificaram apenas a estrutura organizacional do modo de produção, porém não superam a relação de subsunção exposta por Lojkine:

Após a Segunda Grande Guerra, o mundo assistiu a um vertiginoso incremento da produtividade [...]. Além disso, graças em grande parte à espantosa explosão de teoria e prática da informação, novos avanços científicos foram se traduzindo, em espaços de tempo cada vez menores, numa tecnologia que não exigia qualquer compreensão dos usuários finais. O resultado ideal era um conjunto de botões ou teclado inteiramente à prova de erro, que requeria apenas apertar-se no lugar certo para ativar um procedimento que se movimentava, se corrigia e, até onde possível, tomava decisões, sem exigir maiores contribuições das qualificações e inteligência limitadas e inconfiáveis do ser humano médio. Na verdade, idealmente, podia-se programar o procedimento para dispensar de toda a intervenção humana, a não ser quando alguma coisa dava errado. A cobrança nos caixas dos supermercados na década de 1990 tipificava essa eliminação

do elemento humano. Não exigia do operador humano mais que reconhecer as cédulas e moedas do dinheiro local e registrar a quantidade entregue pelo cliente. Um scanner automático traduzia o código de barras do artigo num preço, somava todos os preços, deduzia o total da quantia entregue pelo cliente, e dizia ao operador quanto dar de troco. (Hobsbawn, 2003, p. 509)

Considerado o ponto de vista entre Castells, Lojkin e Hobsbawn, pode-se deduzir que o momento social atual continua inserido nas características intrínsecas do capitalismo. Representa sob qualquer ótica um período marcado pelo enfraquecimento do Estado em prol do mercado. Nesse caso, o mercado é o fator de pressão que incide nas variáveis sociais e na evolução das TIC's (Tecnologias da informação e comunicação), ambiente da Ciência da Informação, e em seu objeto, a informação, em qualquer âmbito, inclusive no judicial<sup>1</sup>.

## **1.2 As dimensões da definição da informação**

Ressalvado o ambiente atual em que a Ciência da Informação se insere, pode-se cogitar que em todas as dimensões, seja qual for sua esfera social, a informação representa o grande elo de produção e reprodução do conhecimento. É o elo da produção em razão de sua própria função, que é de transferir conhecimento, é também de reprodução, na medida em que ao transferir efetivamente o conhecimento, este se dinamiza e se torna em nova informação, que gera novo conhecimento e assim por diante. Assim, a informação forma uma escala de valores simbólicos evolutivos em um ciclo virtuoso. Neste sentido, e dentro das várias definições e papel a que se atribui ao objeto informação, pode-

---

<sup>1</sup> É factível a observação da interferência do mercado no âmbito da informação judicial pela entrevista concedida pelo desembargador Marcus Faver, membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 02/01/2007 ao Jornal do Comércio do Rio de Janeiro e publicada no próprio site do CNJ.

- Em alguns estados, os bancos firmam convênios com os tribunais para fazer repasses em sistema de cooperação. Ou seja, os bancos prestam auxílio indireto ao Judiciário, remunerando ou financiando a compra de computadores por preços mais baixos, por exemplo. Assim os bancos dão assistência a determinadas necessidades. Hoje, cada estado faz a negociação com o banco. E o Conselho Nacional de Justiça quer padronizar isso. É que isso não é uma regra, não são todos os estados que firmam convênios. Disponível em <[www.cnj.gov.br/pages/noticias/NoticialInternet.jsp?idNoticia=1807](http://www.cnj.gov.br/pages/noticias/NoticialInternet.jsp?idNoticia=1807)> Acesso em 02/01/2007

se destacar algumas das mais representativas e expressivas dentro do campo de sua ciência.

A informação sob a ótica de Le Coadic representa:

[...] um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual.

A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. (1996, p. 5)

Sob o ponto de vista Barreto (2002, p.1) a informação migra entre os espaços sociais com o objetivo inalienável de se transformar em conhecimento e representa “estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou na sociedade”.

Cintra et. al. remetem a definição da informação como produtora e reprodutora de conhecimento que migra na esfera social como conhecimento em potencial.

O significado de informação implica a presença de temas que envolvem apresentação, representação ou criação de idéia, segundo uma forma. Em suma, a informação constitui, ela mesma, um conhecimento potencialmente transmissível.

Sob outro ângulo, pode-se dizer que a informação relaciona-se à identificação de um “sinal” e supõe uma “forma” passível de ser interpretada como mensagem.

[...] Neste sentido, parece indiscutível que a informação cumpre papel decisivo na mudança dos destinos da humanidade, uma vez que ela está, diretamente, ligada ao conhecimento ao desenvolvimento de cada uma das áreas do saber, já que todo conhecimento começa por algum tipo de informação e se constitui em informação. (2002, p. 20)

Ginez de Lara define a informação como vetor de circulação social inserido sob a forma de construção institucional e intencional.

a informação é reconhecida como uma inscrição organizada, fruto de uma construção institucional e intencional que tem nos valores simbólicos e funcionais a condição para a construção do sentido como para circular socialmente, desencadeando processos de conhecimento. (2006)

Comparando essas três definições tem-se a convergência de que a Informação implica em uma expectativa de sentido, como forma em potencial e intencional de provocar o conhecimento, que somente se realiza quando alcança o receptor com capacidade de interpretar, compreender e mudar sua realidade. De outra forma a informação não se realiza como elo do conhecimento e transformação social, mantém-se em estado estéril.

### **1.3 Origens da Ciência da Informação**

O papel da informação no contexto atual somente é passível de compreensão quando se insere no retrospecto histórico, as origens da Ciência da Informação.

Sua concepção atual partiu da necessidade de se remodelar os conceitos da recuperação da informação, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, em razão da explosão da informação verificada.

Neste cenário destaca-se o célebre artigo “As we may think” (“Como pensamos”), de Vannevar Bush (ex-diretor do Office for Scientific Research and Development, na Segunda Guerra Mundial), como espécie de marco inicial que viria a definir de certa forma a mudança conceitual da recuperação da informação. Nesse trabalho, Bush desenvolve a tese da não-linearidade do pensamento, pela qual defendia a idéia de que a mente humana se apresentava muito mais complexa do que os sistemas de indexação vigentes. Uma das propostas de Bush, nesse trabalho, era a criação de uma máquina, denominada por ele de “memex”, que teria o papel de auxiliar os cientistas na recuperação da informação nos moldes de associação de temas. O modelo conceitual do “memex” assemelhar-se-ia ao que se conhece hoje por hipertexto.

[...] Isso era o máximo de exposição, que uma questão poderia ter na mídia da época. Vannevar Bush pode ser considerado o marco zero da Ciência da Informação e 1945 a data fundadora com a publicação do seu artigo “As we may think”; onde foi indicada uma mudança de paradigma para a área de informação em ciência e tecnologia, envolvendo: seus profissionais, seus apetrechos de trabalho e a velhice das condições teóricas da representação da

informação para seu processamento e armazenagem e recuperação. (Barreto, 2002, p. 5)

Dessa forma se abria uma nova perspectiva para a urgência de um novo tratamento da informação, e, em particular, com forte interesse na questão da recuperação da informação. Os rumos estavam francamente impostos pelo desenho do mundo após a Segunda Guerra Mundial e pela nova hegemonia política, tecnológica e, principalmente, econômica dos EUA no cenário mundial. Esta constatação pode ser observada no trabalho de Gonzalez de Gomez (2003, p. 4) “Colocaremos como limite do olhar retrospectivo os anos de pós-guerra (Pinheiro, 2002) e o desenvolvimento dos modelos de política e gestão que foram projetados sobre o mundo ocidental a partir da nova hegemonia dos Estados Unidos”. Os apontamentos históricos de Barreto também confirmam esta condição:

Acabava a guerra e a informação mantida secreta naquele período seria colocada à disposição do mundo. Designado pelo presidente Roosevelt, o Doutor Vannevar Bush, foi de 1938 a 1942, o responsável pelo Comitê Nacional de Pesquisa depois Office for Scientific Research and Development; a missão de Bush foi congrega cerca de 6.000 cientistas americanos e europeus para direcioná-los ao esforço de guerra. Em 1945, Bush escreveu "As we may think" sobre o problema da informação em ciência e tecnologia e os possíveis obstáculos que poderiam ser encontrados na sua organização e repasse à sociedade. Os entraves seriam relativos: a) à formação dos recursos humanos adequados; b) ao material de armazenamento e recuperação existente; c) ao arcabouço teórico existente para a organização e o armazenamento da informação gerada durante a guerra. (2002, p. 4)

Barreto (2002, p. 5) relata que, após o artigo conceitual de Bush, houve uma tentativa, em 1946, pela Royal Empire Society Scientific Conference de se estabelecer rumos à questão do rearranjo e da inserção de novas políticas de gestão da informação no novo desenho do mundo.

No entanto, dois anos depois, na mesma Londres, após a tentativa malograda da Royal Empire Society Scientific Conference, a Royal Society Scientific Information Conference promoveu conferência internacional com 340 participantes, cujos trabalhos dessa vez frutificaram com a criação de uma área

da ciência que tratasse dos problemas específicos da informação, denominando-a como Ciência da Informação.

Barreto aponta um dos tópicos mais importantes discutidos nessa conferência foi à questão da classificação da informação, sendo inclusive criada uma comissão tendo como responsável o professor J. D. Bernal:

Em 1946, um ano após o término da Segunda Guerra, foi realizada em Londres a Royal Empire Society Scientific Conference, onde se discutiu muito pouco sobre informação, mas que levou à realização, em 1948, da Royal Society Scientific Information Conference. Cerca de 340 cientistas e documentalistas de todo o mundo compareceram a essa conferência, que durou dez dias úteis. Os seus proceedings (1958) têm 723 páginas, com dois volumes e quatro seções: I) as publicações originais, II) serviços de resumo, III) indexação e outros serviços de biblioteca, IV) revisões de literatura e relatórios anuais. A publicação dos proceedings levou dez anos para sair e foi editada nos Estados Unidos. Os cientistas de quase todas as áreas tinham propostas para resolver os problemas da gestão da informação, mas, para não perder o status acadêmico, a nova área foi criada com o nome de: Ciência da Informação. Os resultados da conferência, apesar das 723 páginas, ficaram muito perto dos problemas apontados por Vannevar Bush. (2002, p. 5)

De acordo com Fosket (1973, p. 371), em 1952 seria criado um grupo liderado por Vickery, denominado como Classification Research Group (CRG), que durante a década de 1950 concentrou seus trabalhos na questão do desenvolvimento de classificação da informação. Os esforços desse grupo focalizaram principalmente as áreas de engenharia da English Electric Company.

Nessa mesma época, em 1952, foi criado pelo grupo dos cientistas da informação o Classification Research Group, para propor novas teorias para armazenar e recuperar a informação. Os profissionais que fundaram o "Institute for Information Scientists" criaram, sob o comando de Jason Farradane no final da década de 50, o primeiro curso de pós-graduação em Ciência da Informação na The City University, localizada na City de Londres, Inglaterra. (Barreto, 2005, p. 1)

A partir de 1960 a Guerra Fria intensificou-se ante um mundo dividido em dois blocos antagônicos. De um lado, os norte-americanos, hegemônicos economicamente, de outro, a União Soviética com desenvolvimento crescente na

tecnologia aeroespacial e energia nuclear<sup>2</sup>. É importante destacar que os interesses norte-americanos refletiam no próprio desenvolvimento da Ciência da Informação, tanto é que o famoso evento da Royal Society Scientific Information Conference, que demarca o nascedouro da Ciência da Informação, realizado na Inglaterra, teve seus anais editados pelos americanos.

Merece alusão a conferência que discutiu os caminhos da Ciência da Informação nos EUA, realizada no início da década de 1960 nas instalações do Georgia Institute of Technology<sup>3</sup>, da qual participaram profissionais de bibliotecas do setor público e universitário, engenheiros, cientistas da computação e diversos teóricos de outras variadas áreas.

Embora esse evento nos EUA não tenha tido a mesma relevância do evento realizado em 1948 em Londres, ele prenunciava o forte interesse no desenvolvimento da Ciência da Informação. Os temas discutidos entre os estudiosos presentes concentraram-se principalmente nas questões do armazenamento e da recuperação da informação.

A década de 1960, além da definição do que seria a Ciência da Informação, marcou também a introdução de importantes conceitos nessa ciência. Podem se destacar como dos mais importantes os conceitos de **revocação** e **precisão**, expostos por Le Coadic (1996, p. 63).

O conceito de **revocação** propiciou mensurar a proporção de documentos relevantes recuperados, ao passo que o conceito de **precisão** mensura a proporção de documentos recuperados que são relevantes.

---

<sup>2</sup> N.A. A União Soviética testou com sucesso sua primeira bomba A ( Atômica) em 1949 e sua primeira bomba H (Hidrogênio) em 1953. e se lançou na ponta da corrida espacial antes dos EUA com o lançamento do "Sputnik" em outubro de 1957. Tais fatos são intimamente ligados com o desenvolvimento da internet e com a própria Ciência da Informação

<sup>3</sup> Conhecido também por "Georgia Tech".

Figura 1 - Equações de revocação e precisão

$$\text{Revocação} = R = \frac{a}{a + c}$$
$$\text{Precisão} = P = \frac{a}{a + b}$$

Fonte: Le Coadic (1996, p. 64)

Figura 2 - Gráfico de revocação e precisão

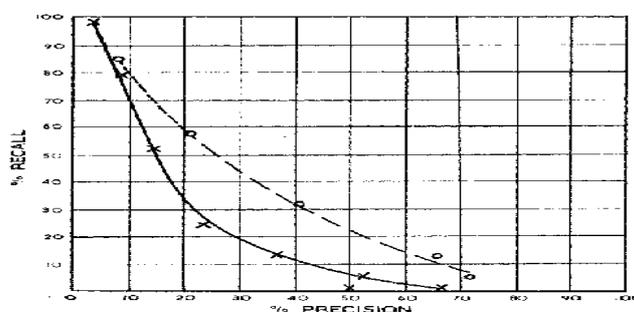


FIGURE 4. 814P INDEX LANGUAGE III, 5. 8 SEARCH E 200 DOCUMENTS (Index Language III, 1. 8 Broken line)

Fonte: Lesk (2005, p. 5)

Fosket (1973, p. 387) relata que os sistemas de recuperação de informação, na década de 1960, inicialmente estavam agregados em vários dispositivos que afetavam tanto a **revocação** como a **precisão** de recuperação da informação. Para eliminar o problema, necessário se fazia desenvolver uma metalinguagem, com a finalidade de resolver os problemas de indexação.

Neste sentido, a resolução do problema que afetava a aferição dos índices de **revocação** e **precisão** passou pela Comunidade Européia da Energia Atômica (Euratom), criada por um dos Tratados de Roma, subsequente ao que criou a Comunidade Econômica Européia (CEE). A Euratom tinha como uma das missões assegurar a difusão de conhecimentos técnicos aos países participantes, na área de energia nuclear. Considerada sua missão como de extrema importância, e com problemas na questão da indexação que afetava a

recuperação da informação, contrataram a equipe chefiada por J. C. Gardim para desenvolver métodos com a finalidade de solucionar problemas quanto a essa indexação. A equipe liderada por Gardim viria então a desenvolver a linguagem sintagmática, também conhecida como Syntol (Syntagmatic Organization Language), cuja principal característica estava em permitir uma indexação sintática com o auxílio do computador. Tal fato, naquele momento, minimizou o problema da Euratom.

Pode-se inferir que a década de 1960 foi marcada por uma experimentação dos sistemas de recuperação da informação. E, de acordo com Lesk (2005), muitos dos sistemas de biblioteca comerciais de hoje, como Diálogo e BRS, possuem seu nascedouro nessa época.

As décadas de 1970 e 1980 foram intensamente marcadas pelo forte avanço da tecnologia, fato que refletiu na automatização da recuperação da informação. O próprio avanço do neoliberalismo acentuaria a questão da recuperação da informação no segmento privado, por questões de competitividade e da forte monopolização do capital.

Contudo, da década de 1970 em diante, o mundo externo passou a intrometer-se mais indiretamente, mas também com mais força, nos laboratórios e salas de conferências, com a descoberta de que a tecnologia baseada na ciência, tendo seu poder multiplicado pela explosão econômica global, parecia na iminência de produzir mudanças fundamentais e talvez irreversíveis no planeta Terra, ou pelo menos na Terra como um hábitat para organismos vivos. (Hobsbawn, 2003, p. 531)

As bases de dados então começaram a evoluir para além da recuperação da informação das bases científicas.

#### **1.4 Ciência da informação definição e interdisciplinaridade**

Pode-se extrair a vocação para a interdisciplinaridade da Ciência da Informação, de sua própria definição oferecida por vários renomados autores da área. Merece imputar que o pensamento inicial nos primórdios da Ciência da Informação se mostra revelador quanto a esta questão.

Os participantes da conferência do Georgia Institute of Technology realizada no início da década de 1960, por consenso já haviam definido esta condição:

Ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processar a informação para ótima acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, a disseminação, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação e o uso da informação. O campo está relacionado com matemática, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e outras áreas. (Shera e Cleveland, 1977, p. 265, apud Fonseca, 2005, p. 19)

Cabe também citar Le Coadic, importante teórico da área, que em relação ao caráter interdisciplinar da Ciência da Informação em sua obra expõe:

A Ciência da Informação é uma dessas novas interdisciplinas, um desses novos campos de conhecimentos onde colaboram entre si, principalmente, a psicologia, a lingüística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrônica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações. (1996, p. 22)

Saracevic, um dos mais renomados autores da área, expõe o conceito de Ciência da Informação com o seguinte enfoque atual:

Finalmente, devo redefinir a CI nos termos em que evoluiu e no seu enfoque contemporâneo (1990):  
"A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais." (1996, p.47)

E, explica sua interdisciplinaridade:

A interdisciplinaridade foi introduzida na CI pela própria variedade da formação de todas as pessoas que se ocuparam com os problemas descritos. Entre os pioneiros havia engenheiros, bibliotecários, químicos, lingüistas, filósofos, psicólogos,

matemáticos, cientistas da computação, homens de negócios e outros vindos de diferentes profissões ou ciências. Certamente, nem todas as disciplinas presentes na formação dessas pessoas tiveram uma contribuição igualmente relevante, mas essa multiplicidade foi responsável pela introdução e permanência do objetivo interdisciplinar na CI. (1996, p.48)

O conceito de interdisciplinaridade permite a Ciência da Informação oferecer e emprestar ferramentas de outras ciências. Assim, por exemplo, a Ciência da Informação pode se apropriar do índice de Gini, instrumento da Ciência Econômica para medir concentração de renda e usá-lo para medir o grau de concentração de leitores em determinada região.

## **2 Considerações sobre a gênese da internet, o papel do hipertexto e a recuperação da informação**

### **2.1 A Gênese e a dimensão da internet**

A partir da revolução das TIC's (Tecnologia de informação e comunicação) a natureza da internet, como plataforma de informações evolui em um nível inimaginável nas atividades relacionadas ao conhecimento. Um nível pelo qual, se observa uma relação de recuperação de informação sem a intermediação humana de coleta e distribuição, papel este reservado a relação homem (usuário)-máquina – rede, pela qual o computador assume a forma redimensionada de ampliação da estocagem da informação. Essas novas condutas de integração do homem representam de certa forma uma dialética entre a segregação e interatividade.

Conceituamos como estoques de informação toda a reunião de estruturas de informação. Estoques de informações representam, assim, um conjunto de itens de informação organizados (ou não), segundo um critério técnico, dos instrumentos de gestão da informação e com conteúdo que seja de interesse de uma comunidade de receptores. As estruturas de informação que se agregam nos estoques podem estar em diferentes níveis de completeza em relação a uma mesma peça de informação: ter o formato só da referência bibliográfica, ou do título, do resumo, indicadores por palavra-chave, ou o texto completo”.

Uma mesma estrutura de informação pode reunir um ou mais dos elementos indicados. Pode estar configurada em linguagem natural ou em uma metalinguagem para controle e localização, representada por um conjunto ou um subconjunto de código lingüístico comum à comunidade de usuários com a qual o estoque se relaciona.

Quanto mais o estoque de informação estiver codificado em uma metalinguagem mais estará ocultando a informação completa em linguagem natural. Um estoque de itens codificados servirá, principalmente, para direcionar o receptor para a informação útil, mas estabelece a necessidade de haver um duplo fluxo de comunicação.(Barreto, 2000, p.1)

Para que se tenha uma idéia da dimensão da internet, em 1998, portanto nove anos atrás, Lawrence e Giles elaboraram um relatório pelo qual mediram o

número de páginas indexadas nesta base e chegaram a um número de 320 milhões de páginas.

Lawrence e Giles, (1999, p.1) confeccionaram outro relatório um ano depois, publicado em julho de 1999, porém com levantamento efetuado em fevereiro do mesmo ano, e constataram a existência de aproximadamente 800 milhões de páginas indexadas em 3 milhões de servidores. Pelo levantamento dos autores teríamos em menos de 1 ano um crescimento de 150% no número de páginas indexadas.

Historicamente o avanço da internet é decorrente principalmente da intensificação da Guerra fria na década de 1960. Na realidade o desenvolvimento da internet pode ser considerado como resultante do receio norte-americano de perder comunicação e dados, caso sofresse um ataque nuclear.

O temor norte-americano ficou patente, quando, em 1961, o governo cubano declarou o caráter socialista de sua revolução, fato que ocasionou um alinhamento, ideológico, econômico e militar com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Um ano após os soviéticos tentaram instalar silos para mísseis nucleares em Cuba, acontecimento que se converteu na mais aguda crise dos norte-americanos com os soviéticos. Esta situação abriu uma forte e real possibilidade de guerra nuclear entre esses países e, por conseqüência, uma aceleração dos conceitos da comunicação descentralizada.

A retrospectiva histórica aponta Kleinrock, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), como pioneiro no processo da transformação da rede. Ainda em 1961, Kleinrock publicaria seu trabalho sobre a teoria de trocas de **pacotes**, cujo escopo rompia com a tradicional idéia de circuitos, fato que viria a se constituir no primeiro passo para viabilizar a comunicação entre computadores no formato de rede.

Entretanto, a criação conceitual da rede descentralizada, tal como apresenta hoje a internet, confunde-se com dois cientistas norte-americanos, ambos ligados a projetos militares: J. Licklider e Paul Baran.

Em 1962, J. Licklider, oriundo também do MIT inicia um trabalho, registrado em uma série de pequenos relatórios, a discussão sobre a possibilidade de se

conectar computadores em rede. Licklider denominou seu conceito como Rede Intergaláctica e acabou por se tornar o principal pesquisador do IPTO (Information Processing Techniques Office) uma divisão da Arpa (Advanced Research Projects Agency).

Este acontecimento é descrito detalhadamente por Castells:

O objetivo desse departamento, tal como definido por seu primeiro diretor, Joseph Licklider, um psicólogo transformado em cientista da computação no Massachusetts Institute of Technology (MIT), era estimular a pesquisa em computação interativa. Como parte desse esforço, a montagem da Arpanet foi justificada como uma maneira de permitir aos vários centros de computadores e grupos de pesquisa que trabalhavam para a agência compartilhar on-line tempo de computação. (2003, p.14)

Quase que simultaneamente a Licklider, em 1962, Paul Baran, polonês naturalizado norte-americano, formado em engenharia elétrica pela Universidade de Drexel e pesquisador da Rand Corporation, empresa privada fornecedora da força aérea norte americana, desenvolveu trabalho no sentido de formalizar o conceito de rede descentralizada. O trabalho de Baran foi apresentado no primeiro congresso de sistemas de informação e ciência, promovido pela divisão de sistemas eletrônicos da força aérea norte-americana em novembro de 1962.

O sistema proposto por Baran não somente vinha ao encontro do trabalho desenvolvido na ARPA como propunha uma nova dinâmica na comunicação da informação. Nogueira relata que o projeto de Baran seria o princípio da internet:

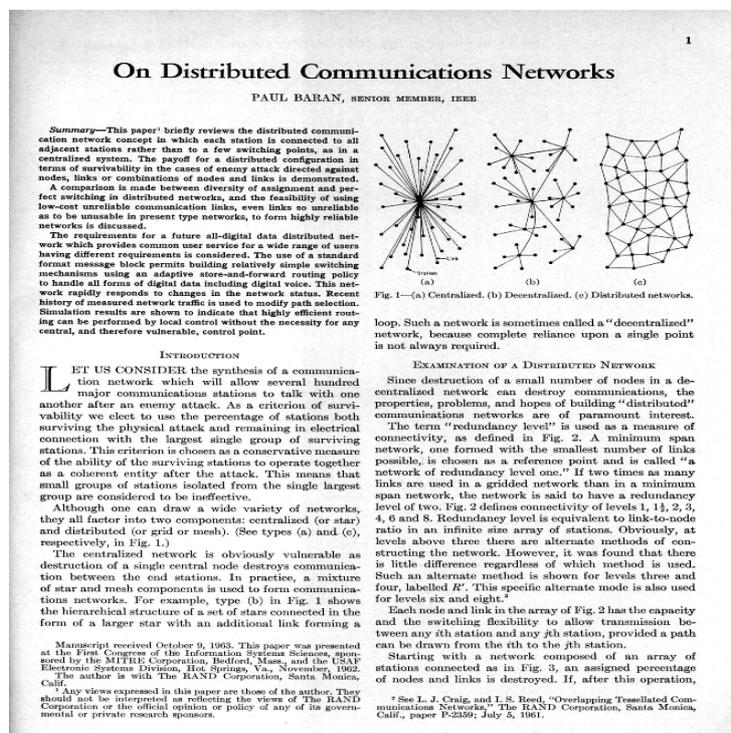
A averiguação de Baran apontava que as possíveis soluções para a proteção dos sistemas de comunicações deveriam passar necessariamente pela descentralização das unidades de informação militar. Algumas das suas considerações principais indicavam como solução: a necessidade premente da exclusão do ponto central, ou seja, uma rede descentralizada e espalhada em vários pontos ou "nós". Todos os pontos da rede seriam semelhantes e equiparados em status de importância. Cada unidade deveria possuir sua própria autoridade e seria autônoma para produzir, transmitir e recepcionar mensagens. Nascia assim o princípio de algo que revolucionaria os conceitos de comunicação e informação e que foi denominado posteriormente de internet. (2004, p.11-12)

A perspectiva oferecida pelo trabalho de Baran iria se traduzir em trabalho seminal e refundir os conceitos estratégicos da informação sob a ótica da

descentralização:

Para montar uma rede interativa de computadores, o IPTO valeu-se de uma tecnologia revolucionária de transmissão de telecomunicações, a comutação por pacote, desenvolvida independentemente por Paul Baran na Rand Corporation (um centro de pesquisas californiano que freqüentemente trabalhava para o Pentágono) e por Donald Davies no British National Physical Laboratory. O projeto de Baran de uma rede de comunicação descentralizada, flexível, foi uma proposta que a Rand Corporation fez ao Departamento de Defesa para a construção de um sistema militar de comunicações capaz de sobreviver a um ataque nuclear, embora esse nunca tenha sido o objetivo por trás do desenvolvimento da Arpanet (Castells, 2003, p.14)

Figura 3 - Trecho do relatório de Baran



Fonte: Computer History Museum-Relatório de Paul Baran

Castells relata um acontecimento sobre o trabalho de Baran que, até então, não é mencionado na literatura em geral sobre a história da internet. O fato é que no primeiro momento o Pentágono teria rejeitado a proposta de Baran, e, na realidade, seu conceito somente foi utilizado em 1967, quando o IPTO teria tomado conhecimento desse trabalho:

Embora tudo isso soe muito parecido com estratégia militar, o

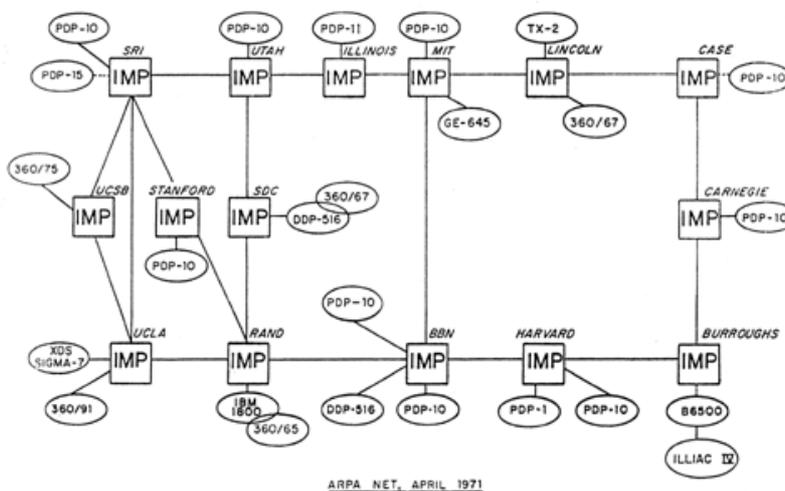
embaraço aqui é que a proposta de Baran foi rejeitada pelo Pentágono, e ninguém jamais tentou implementá-la. De fato, algumas fontes sugerem que a Arpa não teve conhecimento das publicações feitas por Baran em 1964 sobre “redes distribuídas”, até que Roger Scantlebury, um pesquisador britânico que estivera trabalhando com tecnologias similares, chamou a atenção do diretor do IPTO para elas num simpósio no Tennessee em outubro de 1967 (Naughton, 1999, p. 129-31, apud Castells, 2003, p. 20).

Os conceitos de Baran foram decisivos para a construção da Arpanet, mas essa rede experimental foi montada com um objetivo não-militar pelos cientistas que trabalhavam na ARPA e em torno dela. (Abbate, 1999, apud Castells, 2003, p. 20)

Em 1969 a Arpa viabilizaria a primeira rede de interconexão descentralizada, denominada por Arpanet. O projeto pioneiro interligou 4 universidades: University of California Los Angeles (UCLA), Stanford Research Institute (SRI), University of California Santa Barbara (UCSB) e University of Utah (UoU).

Em 1970 já eram 15 as universidades ligadas na rede, e um ano após foram incluídos na rede os computadores da Rand Corporation, Universidade de Harvard, Universidade de Stanford, Universidade de Illinois em Urbana, Universidade Carnegie Mellon (CMU), BBN, do MIT e do centro de pesquisas Ames da Agência Nacional de Administração Espacial (NASA), – um salto de 15 para a 23 pontos, espalhados em 15 lugares diferentes dos EUA em 1971.

Figura 4 - Reprodução Diagrama representando os pontos (nós) da Arpanet em 1971



De acordo com Mandel, Simon e Lira (1997, p.19) a primeira demonstração pública do sistema por redes da Arpanet ocorreu em 1972 na Computer Communication Conference em Washington. Em meados da década de 1970, já eram 20 as universidades conectadas. A partir da metade da década de 1970 a rede idealizada pela Arpa intensifica-se, e nesse período a rede é basicamente utilizada por universidades com a finalidade exclusiva de troca de conhecimento e pesquisa.

Destaca-se que já em fins da década de 1970, o traçado futuro da Arpanet delineava um aspecto mercantil, uma vez que a BBN (Bolt Beranek e Newman) colocou em funcionamento o primeiro serviço comercial conectado a essa rede denominado por Telnet. E, em 1979 é criada a Usenet, uma rede de grupos de discussão, com grupos de hierarquia net.

Inicia-se um período de extraordinário avanço técnico e de internacionalização da Arpanet, com as primeiras conexões com a University College de Londres, na Inglaterra, e o Royal Radar Establishment, na Noruega. O primeiro serviço comercial conectado à Arpanet, o Telenet da BBN, entraria em operação em 1973. (Freitas,1999, p. 2)

Castells discorre que a década de 1980 foi marcada pela divisão da rede de computadores em dois segmentos: em 1983 a Arpanet ficou com a função de permuta de informações acadêmicas e pesquisa entre os pontos a ela conectados, e outra rede, denominada MILNet (Military Network) se encarregou da troca do conhecimento com propósitos militares:

Em 1975, a Arpanet foi transferida para a Defense Communication Agency (DCA). Para tornar a comunicação por computador disponível para os diferentes ramos das forças armadas, a DCA decidiu criar uma conexão entre várias redes sob seu controle. Estabeleceu a chamada Defense Data Network, operando com protocolos TCP/IP. Em 1983 o Departamento de Defesa, preocupado com possíveis brechas de segurança, resolveu criar a MILNET, uma rede independente para usos militares específicos. (2003, p.15)

Ainda no início da década de 1980 a City University, de Nova York, lança uma rede cooperativa própria, denominada como Bitnet (Because It's Time NETwork). Essa rede oferecia, além do correio eletrônico, servidores de lista e

transferência de arquivos.

A denominação da rede pelo nome de internet começa a ser utilizada a partir de 1982, com o desenvolvimento do protocolo de comunicação chamado de TCP/IP (Transmission Control Protocol/internet Protocol), cuja característica estava em permitir que qualquer tipo de computador pudesse se conectar a rede.

Em 1990 ocorreu o fim da Arpanet nos moldes iniciais e em 1991 ocorreu a abertura para fins comerciais, o que culminou na agregação de novas redes proporcionando um crescimento exponencial à rede. O termo internet já tinha sido usado anteriormente na Arpanet mas só neste momento ficou claro: internet é a rede mundial de computadores conectados por TCP/IP. (LARC, 200x, p. 1)

Segundo Castells (2003, p. 23-25) a Arpanet encerraria suas atividades em 1990 com a passagem da responsabilidade da rede para a National Science Foundation (NSF), que já operava a rede como *backbone*<sup>4</sup>, provendo várias Universidades, Agências Governamentais e Institutos de Pesquisa. A NSF era uma rede acadêmica guiada pelos princípios da "Acceptable Use Policy"<sup>5</sup> que definia o que era aceitável na rede e o que não era. Nessa fase a rede era financiada pela NSF que restringia o uso com finalidade lucrativa.

Deve-se destacar também, que para operacionalizar a rede, a NSF utilizava-se de empresas privadas, com destaque para a empresa Merit ligada a Universidade de Michigan, como uma das principais operadoras.

Em 1993 o Centro Nacional de Aplicações de Supercomputação dos Estados Unidos (NCSA) lança com grande impacto o *browser*<sup>6</sup> (navegador) Mosaic<sup>7</sup> que introduziu suportes para som, imagens estáticas e em movimento (*clipes*) histórico de navegação, favoritos etc., tornando-se rapidamente o *browser* não comercial mais popular em uso. No entanto sua duração foi razoavelmente curta, sendo substituído na preferência de uso pelo *Netscape*, considerado um

---

<sup>4</sup> N.A. Backbone representa uma rede composta por linhas de conexão de alta velocidade, que interliga redes de menor porte e velocidade inferior e seu significado literal em português é "espinha dorsal".

<sup>5</sup> Política do uso aceitável

<sup>6</sup> N.A. O browser ou navegador é um programa cliente que permite acessar, normalmente por meio de uma interface gráfica, diversas informações em formato de hipertexto (na linguagem HTML) que são armazenadas em servidores locais ou remotos.

<sup>7</sup> N.A. A Literatura relata que antes do Mosaic, existiam outros Browsers ou navegadores, mas que não foram considerados completos e nem tão funcionais sob o ponto de técnico.

sistema de navegação mais desenvolvido e melhor alinhado aos objetivos comerciais desenhados para o futuro da internet.

A partir da última metade da década de 1990 a internet é marcada pelo forte avanço comercial.

De acordo com a linha histórica traçada por Zakon (2006, p. 12) em 1995 o tráfego na internet já era monumental e superava 10 trilhões de bytes. Com tal movimentação e com recursos limitados a NSF já não possuía mais potencial de investimento para financiar um crescimento nessas dimensões. Dessa forma, a NSF retira-se da rede em 1995 e, concomitantemente com sua saída, se encerra a política do "Acceptable Use Policy", fato que marca a desregulamentação da internet e abre as portas para a democratização mais plena da rede.

Pode-se discernir que a década de 1990 foi marcada por dois momentos distintos: o primeiro momento, até meados dessa década, marcou o crescimento das pesquisas e a entrada dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos na rede, o segundo momento, a partir de 1995, foi marcado pela intensificação da rede para fins comerciais.

## **2.2 O papel do hipertexto na internet e no processo de recuperação da informação**

Entre as conseqüências trazidas pela massificação da internet pode-se citar o avanço acentuado nas questões de acesso e recuperação da informação de maneira geral. O caminho desse avanço já havia sido traçado por Vannevar Bush em seu artigo "As we may think", quando descreveu conceitualmente como um usuário poderia recuperar informação de forma associativa pelo "memex", fato que no futuro refletiria nos conceitos de hipertexto elaborado por Ted Nelson e mais tarde no trabalho da criação da linguagem HTML (HyperText Markup Language) de Tim Berners-Lee.

No início da década de 1960, Theodor Holm Nelson, conhecido por Ted Nelson, norte-americano, formado em sociologia e filosofia, inspirado nos conceitos de Bush, idealiza o projeto Xanadu. A idéia básica do projeto de Nelson era facilitar a escrita e a leitura não-seqüencial, o que permitiria aos usuários,

tanto a consulta não linear, como a realização de modificações nos documentos, Os dados contidos no hipertexto de Nelson poderiam ser acessados por links<sup>8</sup> e cada usuário traçaria sua própria trilha de navegação ao escolher os links a serem consultados:

As idéias de Bush e Nelson viriam a se concretizar somente no início da década de 1990, quando da criação do código linguagem HTML por Tim Berners-Lee. Uma verdadeira revolução, pois tal fato promoveria definitivamente a criação da “rede de computadores de alcance mundial” pela World Wide Web (www)’. A dinâmica informacional se transformaria definitivamente a partir desse contexto. (Nogueira, 2004, p.12).

Embora o propósito de execução física do projeto de Ted Nelson tenha falhado, ele deixou o conceito de hipertexto, que assumiria uma certa personificação no trabalho de Tim Bernes-Lee, quando da criação da linguagem HyperText Markup Language (HTML). Ressalta-se que o próprio Ted Nelson considera que tudo até agora que foi realizado em termos de aproveitamento de seu conceito de hipertexto representa somente uma simplificação brilhante do que idealizou; tal afirmativa pode ser constatada nos escritos de Castells:

É provável que tenhamos criado uma imagem excessivamente material do hipertexto (e eu mesmo me incluo certamente nesse erro, pois outrora acreditei demais nas previsões dos futurólogos). Isto é, um hipertexto como um sistema interativo real, digitalmente comunicado e eletronicamente operado em que todos os fragmentos de expressão cultural, presentes, passados e futuros, em todas as suas manifestações, poderiam coexistir e ser recombinados. Do ponto de vista tecnológico, isso poderia existir na era da internet. Mas não existe porque não há interesse (pergunte a Ted Nelson). (2003, p. 166)

De qualquer forma a transformação do conceito do hipertexto para execução do hipertexto, por Bernes-Lee, mesmo que simplificada, implantou uma dinâmica que rompeu com a ordem crescente e linear estabelecida na lógica numeral, tanto dos meios de registro como da recuperação da informação.

Dessa forma, a desvantagem de artificializar o pensamento numa estrutura linear foi aos poucos sendo amenizada pela possibilidade de o usuário criar um caminho particular de leitura, e de o autor inserir associações entre as partes que não

---

<sup>8</sup> N.A. Link é a conexão estabelecida entre dois pontos, ou seja, um ponto de passagem no hipetexto que indica um endereço e acesso para outro documento no mesmo servidor ou em outro servidor remoto.

necessariamente estavam na seqüência do texto. Compreende-se então que, a evolução dos meios de registro do conhecimento formou-se numa sucessão de episódios em que, se observados individualmente, parecem revolucionários, mas, se analisados conjuntamente, demonstram-se bem encadeados e contínuos. (Silva e Santos, 2006, p.14)

Uma das mudanças implícitas causada pelo ambiente hipertextual na Ciência da Informação foi como o conteúdo informacional passou a ser tratado, uma vez que na internet, o hipertexto compareceu como modelo dinâmico de recuperação da informação e propiciou rapidamente o acesso a elevados volumes de informação que a partir de então começaram a se interligar.

O hipertexto cria espaços de informação multidimensionais e sem fronteiras. Antes da rede, os espaços de informação eram ilhas isoladas, agora são universos, partes de um todo integrado e integrativo. O desafio é mostrar os tentáculos de um texto em movimento, conhecê-lo melhor e indicar um modelo para sua possível agregação e identificação semântica. Será o futuro da escrita e dos que com ela trabalham. (Barreto, 2006, p.2)

Barreto em análise do impacto do hipertexto na Ciência da Informação, afirma que a:

Ciência da Informação tem lutado para conseguir uma articulação para inserção destas tecnologias novas no seu agir cotidiano. Considerando que as tecnologias da informação deverão ser definitivamente incluídas na área, existe toda uma reorganização dos métodos associados ao seu pensar e as suas práticas, para formar um novo contexto nos atos de informação. Como o objetivo declarado desta tecnologia é promover o acesso universal à informação e a inclusão social, este objetivo passa a ser uma decisão de *status* tecnológico da sociedade. Não é mais passível de dúvida ou contraposição. É uma constatação da prática diária, que determinará o desenvolvimento e a própria existência da Ciência da Informação. (2006, p. 3-4)

Sob o prisma de evolução, pode-se cogitar que o impacto da internet e do hipertexto na questão da recuperação da informação judicial se consistiu em marco da evolução dos suportes informacionais judiciais. Tal assertiva é passível de ser constatada quando se observa os escritos da apresentação do trabalho de Guimarães, pelo qual se infere que o advento do binômio internet – hipertexto é relatado como uma verdadeira revolução no âmbito da recuperação da informação:

A *internet*, por sua vez, abriu caminho à gestão interativa da informação e do conhecimento, passando do documento registrado em suportes analógicos para a informação digital, baseada no hipertexto. Assim, uma verdadeira revolução aconteceu nos sistemas de recuperação da informação – que passaram da busca em campos formatados, da informação estruturada em campos limitados a palavras, e da tradução dos termos da linguagem natural para a linguagem documentária, para o uso de sistemas de recuperação textual e de inteligência artificial. (2004, p.7)

Neste contexto não se pode negar que o hipertexto foi o grande propulsor da internet, pois redefiniu os espaços simbólicos de pedaços virtuais em realidade, além do que imputou novas dimensões à informação na medida em que moldou e associou grandes estoques de informação ao tempo real das máquinas da rede.

## **3 O campo da informação judicial na internet**

### **3.1 A informação judicial e a Carta de Heredia**

Embora se possa observar ao longo da história que o emprego da internet facilitou o acesso à informação em todas as áreas do conhecimento, percebe-se que as questões que envolvem especificamente a informação judicial somente incitaram discussão recentemente.

Em julho de 2003 o Brasil e vários países da América Latina e Canadá participaram de um evento na cidade de Heredia na Costa Rica, para discutir o sistema judicial e internet. Este evento contou com a participação de representantes dos poderes judiciários, organizações da sociedade civil e estudiosos do assunto. As discussões desse evento foram centradas na questão das dificuldades e vantagens da veiculação de informações judiciais por meio da internet. Ao final desse evento foi redigida uma carta que propunha diretrizes consensuais entre os participantes, as quais valem mencionar que:

- 1- A finalidade da difusão em internet das sentenças e despachos judiciais será: a) O conhecimento da informação jurisprudencial e a garantia da igualdade diante da lei; b) Para procurar alcançar a transparência da administração da justiça.
- 2- A finalidade da difusão em internet da informação processual será garantir o imediato acesso das partes, ou dos que tenham interesse legítimo na causa, a seus andamentos, citações ou notificações [...]
- [...] 4- Em cada caso os motores de busca se ajustarão ao alcance e finalidades com que se difunde a informação judicial. (Lobato de Paiva, 2003, p.1)

Embora o foco dado em Heredia (2003) se concentrasse sobre as condições de acesso, automaticamente se inseriu a questão da recuperação da informação, uma vez que acesso e a recuperação são binômios inseparáveis.

### 3.2 Dimensões conceituais da informação judicial

A literatura atual não registra uma definição específica para o termo informação judicial. Neste aspecto se faz necessário buscar nas definições mais recorrentes e generalizadas oferecidas pela Ciência da Informação sobre o significado de informação e imputar a esse significado genérico uma dimensão que corresponda à especificidade exigida, uma vez que termos específicos guardam relação de subsunção com o termo genérico. Nesse caso parte-se da premissa que o termo informação é genérico e o termo judicial o componente específico. Como componente específico, o termo se liga na dimensão do exercício da cidadania.

Nesta linha de raciocínio, Hoffmann agrega:

A sociedade contemporânea tem, cada dia mais, até mesmo por força da intensa massificação da mídia escrita e falada, lidado com o tema da conscientização de direitos e da busca da cidadania. (2004, p. 38)

Desta forma pode-se emprestar e adaptar com base no texto de Barreto uma dimensão conceitual de informação judicial e imputar-lhe um significado:

deixa de ser uma medida de organização para ser a organização em si; é o conhecimento, que só se realiza se a informação é percebida e aceita como tal e coloca o indivíduo em um estágio melhor de convivência consigo mesmo e dentro do mundo em que sua história individual se desenrola. (1994, p. 3)

Sob este prisma pode-se inferir que a informação judicial é aquela que registra a possibilidade de alterar atos e fatos da consciência social com a intenção de transformar o direito de cidadania em exercício de cidadania.

Efetuadas as observações preliminares sobre a representação da informação judicial, torna-se importante, antes de se prosseguir, que se resgate também a dimensão de cidadania, uma vez que especificamente este conceito se liga e é afetado pela atuação da informação judicial.

É importante destacar que o pensamento atual sobre os direitos do homem, teve inspiração na Revolução Francesa que inseriu o conceito de igualdade na garantia jurídico-legal, social e política.

Constata-se pela linha do tempo que a evolução do conceito de cidadania é o produto de histórias e conflitos sociais diferenciados, protagonizados por diferentes grupos sociais, que a partir de lutas, redimensionaram a agenda de reivindicações do contexto social.

Essa condição pode ser verificada no trabalho de Pinsky, que discorre pelo contexto histórico e de maneira reflexiva que a evolução das lutas sociais que implicaram na prática da cidadania atual, no mundo ocidental, se originou a partir dos conflitos sociais que culminaram na Revolução Francesa e no movimento de independência dos Estados Unidos da América do Norte:

Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão. Desse momento em diante todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental o estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. Nesse sentido pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia. (2005, p.10)

No âmbito da representação Gadotti explica que a cidadania é a consciência dos direitos e deveres e a prática da democracia, e revela várias concepções aplicadas a esta representação:

Existem diversas concepções de cidadania: uma concepção liberal, neo-liberal, progressista ou socialista democrática (o socialismo autoritário e burocrático não admite a democracia como valor universal e despreza a cidadania como valor progressista). (1994, p.8)

Nesse escopo esse mesmo autor infere que a cidadania atual reflete uma concepção consumista importada do pensamento neoliberal vigente:

Existe hoje uma concepção consumista de cidadania (não ser enganado na compra de um bem de consumo) e uma concepção oposta que é uma concepção plena de cidadania que consiste na mobilização da sociedade para a conquista dos direitos acima mencionados e que devem ser garantidos pelo Estado. A concepção liberal e neo-liberal de cidadania entende que a cidadania é apenas um produto da solidariedade individual (da

"gente de bem") entre as pessoas e não uma conquista no interior do próprio Estado. A cidadania implica em instituições e regras justas. O Estado, numa visão socialista democrática precisa exercer uma ação - para evitar, por exemplo, os abusos econômicos dos oligopólios - fazendo valer as regras definidas socialmente. (1994, p.8)

A partir dessas observações quando se imbrica no campo da informação e cidadania pode-se recorrer a Barreto, cujo escopo segue a mesma linha de teorização geral ofertada pelos autores antecedentes. Ressalta-se que a informação se liga à cidadania quando ela efetivamente proporciona o conhecimento com liberdade e acesso sem restrições.

**-Convergindo informação para o conhecimento**

arcabouço teórico - a informação como mediadora do conhecimento

**-Preservando e Promovendo Democracia**

**Liberdade de Acesso à Informação**

todos tenham acesso a informação e a tecnologia nova.

**- Liberdade de Informação**

não há qualquer sentido em melhorar o acesso a informação se a própria informação estiver sujeita a restrições. (2004, p.24. grifos do autor)

É de se observar que as relações de informação e cidadania perfazem o requisito, tanto da análise do modo de produção já contextualizado na seção um deste trabalho, como nas condições históricas das lutas sociais. Tais condicionantes traçam o arcabouço atual que define a dimensão da informação judicial e seu processo de transformar o direito de cidadania em exercício de cidadania.

Cabe enfatizar, que a dimensão geral da informação pública e judicial se insere exatamente nas mesmas questões teóricas da Ciência da Informação, sobretudo, nas suas diferentes abordagens entre: dado; informação; conhecimento e interdisciplinaridade.

### **3.3 Informação judicial como informação social - bem público que reflete no exercício de cidadania.**

O momento atual é virtuoso, uma vez que a internet imprimiu uma nova

dinâmica na questão da recuperação, da troca e do uso de informação, independente de local físico em que se localiza seu estoque:

[..] a idéia de que as tecnologias baseadas nos padrões da internet facilitam imensamente tanto a troca de informações entre as organizações, como aumentam as possibilidades de colaboração em modos síncronos ou assíncronos, independentemente de localização física. A Era da Informação permitiu, ainda, que fossem automatizadas tarefas repetitivas, conferindo maior eficiência e rapidez aos processos de trabalho. (LIMA et al., 2006 p. 19)

Nesse sentido Lara e Conti (2001, p. 30) apontam para a importância de uma reflexão que resulte em novos trabalhos nesse campo, “[...] vale ao menos verificar o estado das políticas de disseminação públicas para que, apoiada em sua análise, possa nascer uma reflexão que aponte algumas formas de trabalho”.

De acordo com Miranda a penetrabilidade da tecnologia da informação é um dos principais indicadores da transformação da sociedade como um todo:

Um dos principais indicadores do desenvolvimento da sociedade da informação é a penetrabilidade das tecnologias de informação na vida diária das pessoas e no funcionamento e transformação da sociedade como um todo. Em âmbito geográfico, a penetrabilidade é medida principalmente pelo número de usuários da internet em uma determinada população. No caso do Brasil, estima-se que, durante o ano 2000, mais de 6 milhões de brasileiros serão usuários da internet e que, nos próximos cinco anos, poderemos chegar a 30 milhões. Estas cifras, apesar de muito aquém do total da população brasileira ou das porcentagens de usuários relativas ao total das populações nos países desenvolvidos, constituem indicadores significativos do enorme impacto que a internet está promovendo na sociedade brasileira. Em termos numéricos, estas cifras projetam o Brasil como um dos grandes mercados nacionais da internet em nível mundial. (2000, p.80)

Miranda (2000, p. 81) também acredita que os volumes de conteúdos dos estoques informacionais pode ser um dos determinantes na qualidade e desenvolvimento econômico de grupos sociais “[...] volume de conteúdos operados por um país que determinará o seu desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida de seus habitantes”. Reconhece ainda que a sociedade da informação gira a informação em grande escala e de forma acelerada, com estoques informacionais gigantescos sobre os mais variados temas e em

diferentes formatos para todos os públicos, principalmente nos países mais avançados.

No contexto de que a sociedade atual demanda por informações, Ferreira (2003, p. 37-38) indica que é necessária a intervenção do Estado para se conduzir a informação pública como um recurso de gestão e desenvolvimento para o país “Tais como a descentralização de processos, otimização de custos, participação social direta nas decisões políticas e gestão dos serviços públicos, bem como o livre acesso do cidadão à informação pública”.

Nesse aspecto Solano retrata uma profunda preocupação quanto à informação no sistema judicial e sua democratização.

Existe uma motivação adicional para abordar o tema da informação pública, quando esta é produzida no sistema judicial (juizes, tribunais, escritório de procuradores e de defesa). Partimos da base que toda informação produzida pelo Estado é pública e que trabalha para os cidadãos e estes devem poder conhecer como funciona [...] (2004, p. 1)

Compreender a internet e sua crescente massificação implica na reflexão sobre os caminhos do acesso a informação em escala quase que infinita de possibilidades e como os diversos grupos sociais deverão se aproveitar do novo modelo da informação em tempo real para convertê-la em conhecimento.

As necessidades de informação são crescentes e remetem as questões fundamentais propostas entre ação e conhecimento pelo qual a internet não comparece para resolver o problema, mas para facilitar o acesso a grandes estoques de informação.

Tipologia das necessidades de informação. Convêm considerar duas grandes classes de necessidades de informação, ambas derivadas de necessidades fundamentais: a necessidade de informação em função do conhecimento e a necessidade de informação em função da ação. (Le Coadic, 1996, p. 41)

A diferenciação de necessidade de informação proposta por Le Coadic (1996) indica que ela implica no desejo de saber, e de ação se deriva da necessidade material exigida para a realização da atividade humana.

Neste aspecto a internet não resolve o problema do suprimento das

necessidades informacionais, apenas comparece como veículo facilitador destes suprimentos, uma vez que as necessidades não são uniformes e existem diferentes modos de apropriação informacional pela internet.

No entanto, e a despeito da dimensão atual da internet, desembocamos na questão estrutural da relação da comunicação da operação e da gestão do estoque informacional. Nesta condição de análise pode-se inicialmente recorrer ao recente projeto de Barreto que divide o fluxo de informação em dois níveis, sendo que, o primeiro nível interessa a este trabalho e se refere às condições de acesso informacional.

Consideramos, também, que os fluxos de informação se movem em dois níveis: em um primeiro nível os fluxos internos de informação se movimentam entre os elementos de um sistema de agregação, armazenamento e recuperação da informação, e se orienta para sua organização e controle.

Estes fluxos internos se agregam por uma premissa de razão prática e produtivista em um conjunto de ações pautado por decisões e um agir baseado em princípios. Este é o mundo do gerenciamento e controle da informação. O sistema de armazenamento e recuperação da informação. (2006, p. 9-10)

No mesmo sentido de Barreto (2006), pode-se dizer que faz parte do 1º nível do fluxo de informação a infra-estrutura que delimita a condição da recuperação de informação. Caso, essa infra-estrutura não se mostre adequada, tanto no aspecto da dificuldade de trânsito, como na omissão de dados, ou ainda na inadequação de linguagem, o conhecimento de fato não se concretizará ao demandante da informação.

[...] falar em transferência da informação via serviços de disseminação de informações - distribuição física ou virtual de documentos e dados - supõe considerar que os benefícios dessa ação se relacionam diretamente às possibilidades de geração do conhecimento. Caso contrário há apenas divulgação unilateral que atinge heterogeneamente o conjunto da sociedade. Se o conhecimento é inseparável do indivíduo (sujeito do conhecimento), as ações de disseminação para transferência devem observar os requisitos que permitam adaptar as informações e suas formas de acesso aos veículos, públicos e contextos. Do mesmo modo, enfatizar os serviços de disseminação de informações no emissor, ignorando as características de seu público, ou concebê-lo em sua condição supostamente potencial valendo-se de referências imaginadas ou idealizadas, não corrobora seu êxito. (Lara e Conti, 2003, p. 27)

É fato que os precedentes teóricos do direito de acesso à informação devem ser amplamente compreendidos em cada esfera a que se refere, seja público, ou privado. No caso o acesso público à informação em poder do Estado representa para a sociedade a necessária transparência para o caminho da construção da cidadania com amplo poder de recuperar, aumentar e estabelecer a dinâmica do estágio sócio-econômico, dos grupos sociais menos favorecidos. Na realidade, a informação pública, reforça a tese de que os Direitos Humanos possa ser usufruído por todos.

De maneira mais concreta, a Convenção Americana de Direitos Humanos, documento de cumprimento obrigatório para os países da região que ratificaram, dispõe de varias garantias que relacionam o devido processo com o acesso a informação [...] [...] Dentro das garantias que protegem as forças da convenção, em primeiro lugar, se obriga àquele que tenha a informação de colocá-la a disposição de acesso ao sistema de informação judicial. (Solano, 2004, p. 1)

Ressaltamos que os parâmetros da recuperação de informação em geral são exatamente os mesmos para as informações judiciais e públicas em geral. A diferença está na regulação legal, ou seja, o setor privado estabelece sua política de oferta informacional de acordo com as regras de mercado e o setor público estabelece sua regra de oferta informacional de acordo com a legislação. No Brasil a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso XXXIII determina que:

[...] todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado; [...]

Em regra hierárquica de lei e abaixo da constituição federal temos a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (Política Nacional de Arquivos):

[...] Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Art. 5º - A administração pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma da lei.

E, pela recente lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005:

[...]

Art. 2º - O acesso aos documentos públicos de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral será ressalvado exclusivamente nas hipóteses em que o sigilo seja ou permaneça imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos do disposto na parte final do inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal.

Ocorre que a oferta dos estoques informacionais, mesmo regulado pela legislação, não possui regras claras, eficientes e padronizadas de disposição para o usuário. Essa convergência entre o acesso de informação e a cidadania pode ser extraída do texto de Araújo (1.999, p. 155)

Consideramos que a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação, pois tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão depende fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres, ou seja, depende da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e com maiores oportunidades para todos os cidadãos. Diante desta colocação, podemos afirmar que o não acesso à informação ou ainda o acesso limitado ou o acesso a informações distorcidas que dificultam exercício pleno da cidadania.

Segundo Solano, os usuários da informação judicial pela via da internet são constituídos de 03 grandes grupos básicos:

Em primeiro lugar, usuário no geral se refere às pessoas que estão envolvidas ao processo judiciais e demais relacionadas ao sistema, partes, vítimas, advogados, etc. Em segundo lugar, imprensa e meios de comunicação, entendidos como todos os agentes que dentro da sociedade se dedicam a levar ao conhecimento público os eventos diariamente ocorridos. Finalmente, academias e ONG's, que representam as instituições que por razões acadêmicas ou de investigações, buscam informações dos sistemas judiciais com objetivos específicos como avaliar a gestão ou outros fins investigativos. (2004)

Notoriamente, um dos pontos cruciais da questão é justamente o aspecto das condições reais de transferência de informação e qual o alcance para que se transforme em conhecimento.

A expansão vertiginosa da internet, a economia de custos e agilidade que ela permite aliadas ao crescente fascínio das novas tecnologias tem levado as instituições a investir maciçamente nessa mídia, deixando de resolver problemas a ela anteriores concernentes às condições reais para a transferência da informação. Como tantos aqueles que atualmente alimentam como aqueles que formam o público cativo das informações conhecem e se utilizam da rede, cria-se entre esses atores a sensação do alcance universal da internet. Em consequência, empalidece o prestígio de outras mídias, esquece-se de suas diferentes linguagens e apaga-se quase que definitivamente a discussão sobre o ponto nevrálgico da questão: a criação de condições para a apropriação da informação e sua transformação em conhecimento. (Lara e Conti, 2003, p. 31)

Nesse escopo e de acordo com o levantamento do Centro de Estudios de Justicia de las Américas (Ceja) o Brasil é o sexto colocado no ranking dos 34 países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) que melhor garante aos cidadãos o acesso a informações judiciais pela internet perdendo para os Estados Unidos, Costa Rica, Canadá, Argentina e México.

É de oportuno destacar, que o índice do Ceja foi elaborado com base em pesquisa efetuada com dados do Ministério da Justiça do Brasil – STJ e STF, oportuno destacar que embora publique estatística de Tribunais Estaduais, não se tem clarificação separada de índices por estados desses Tribunais. Na realidade o índice do Ceja aglomera a tabulação por país, fato plausível de verificação em seus relatórios.

A comparação do Ceja entre os resultados obtidos em 2004 e 2006 demonstra que em geral houve progresso principalmente no tocante aos estoques de informação voltados a ampliação da publicidade dos atos administrativos e jurisdicionais e uma veiculação de mais informações sobre recursos do sistema judicial nas Américas.

No entanto, o mesmo levantamento do Ceja, aponta retrocessos em conteúdos.

#### **4 Aspectos metodológicos, critério de pesquisa e coletas de dados para se estabelecer um índice de acessibilidade de informações judiciais pela internet**

Pretende-se aplicar os critérios de pesquisa e coletas de dados estabelecidas pela metodologia-padrão, determinada pelo Centro de Estudios de Justicia de las Américas (Ceja), entidade intergovernamental criada em 15 de novembro de 1999 por resolução da Assembléia dos Estados Americanos da OEA, com autonomia técnica e operativa, sediada em Santiago, no Chile.

Merece enfatizar que o Centro de Estudos da Justiça das Américas (Ceja) é uma entidade intergovernamental dotada de autonomia técnica e operacional, vinculada a OEA

O Centro de Estudos da Justiça das Américas foi estabelecido pela Assembléia Geral [AG/RES. 1 (XXVI-E/99)] como entidade intergovernamental dotada de autonomia técnica e operacional, em cumprimento aos mandatos contidos no Plano de Ação da Segunda Cúpula das Américas e às recomendações adotadas nas Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas. Rege-se por seu Estatuto e seu Regulamento. Seus objetivos são facilitar o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o intercâmbio de informação e outras formas de cooperação técnica, bem como o apoio aos processos de reforma e modernização dos sistemas judiciais da região.(OEA,2002,175)

O Ceja desenvolve trabalho junto aos países membros sem distinção com disponibilização de seu Centro de informação Desenvolvimento como espaço de comunicação, intercâmbio de opiniões, fornecendo acesso a variados materiais documentos com divulgação de informação sobre os sites mais importantes dos poderes judiciários de diversos países e acesso a alguns dos bancos de dados e informação para a imprensa.

Destaca-se como um de seus trabalhos o relatório periódico com proposição anual sobre o índice de acesso à informação dos Tribunais de Justiça e Ministérios Públicos através da Internet, cuja metodologia adotada neste trabalho, se expõe a seguir.

A metodologia do Ceja foi construída com base em *score* arbitrado em dez categorias por relevância, pelo qual cada atributo possui um peso (dado em percentual) que incide sobre um conjunto de 21 indicadores de avaliação para os Tribunais de Justiça, sendo que cada critério está inserido em uma escala de avaliação compreendida entre 0 e 1. Dessa forma o somatório geral atinge um índice máximo de 100% e um mínimo de 0% em escala crescente, pela qual quanto mais próximo de 100% é melhor.

Para a construção de um índice de acesso à informação dos Tribunais de Justiça e Ministérios Públicos, através da internet, seguiu-se os passos:

a) Definição de um conjunto de 21 indicadores para os Tribunais de Justiça, agrupados em 10 categorias, que dão conta de variáveis relevantes que julgamos ser a informação que proporciona a cidadania através da internet.

[...]

c) Definição dos critérios e escalas de medidas de cada um dos 38 indicadores no total. Para cada uma se impõe uma escala de evolução compreendida entre 0 e 1<sup>9</sup>. (Ceja)

Para os Tribunais de Justiça, as categorias foram avaliadas com os seguintes pesos a fim de produzir a ponderação na construção do índice, sendo o número de indicadores associados a cada categoria conforme mostra o quadro a seguir:

**Tabela 1 - Tabela de indicadores agrupados**

Descripción (Descrição)	Peso relativo en el índice (Peso relativo no índice)	Nº de indicadores asociados (Nº de indicadores associados)
<b>Existencia de página web</b> (Existência de <i>webpage</i> )	5,00%	1
<b>Publicación y actualización de sentencias</b> (Publicação e atualização de sentenças)	16,70%	2
<b>Publicación y actualización de reglamentos</b> (Publicação e atualização de regulamentos)	5,00%	1
<b>Publicación de estadísticas de causas ingresadas, resueltas y pendientes</b> (Publicação de estatísticas de causas ingressadas, resolvidas e pendentes)	16,70%	3
<b>Publicación de agenda de tribunales</b> (Publicação de agenda dos tribunais)	15,00%	1

<sup>9</sup> N.A. Tradução livre do espanhol.

Descripción (Descrição)	Peso relativo en el índice (Peso relativo no índice)	Nº de indicadores asociados (Nº de indicadores asociados)
<b>Publicación de recursos físicos y materiales con que cuentan los tribunales</b> (Publicação de recursos físicos e materiais com que contam os tribunais)	5,00%	1
<b>Presupuesto</b> (Orçamento)	16,70%	2
<b>Salarios, antecedentes curriculares, patrimonio y temas disciplinarios de funcionarios relevantes</b>  (Salários, antecedentes curriculares, patrimônio e temas disciplinares de funcionários relevantes)	10,00%	4
<b>Publicación de concursos y licitaciones para contrataciones</b> (Publicação de concursos e licitações para contratações)	5,00%	3
<b>Régimen de acceso y centralización de información</b> (Regime de acesso e centralização de informação)	5,00%	3

Fonte: Ceja, 2006.

A tabela anterior, ou seja, de indicadores agrupados é o instrumento utilizado pelo Ceja, para imputar os quesitos de acordo com sua natureza e importância. São vinte um os quesitos, descritos a seguir, que compõe os indicadores agrupados<sup>10</sup>.

### 1- Página web institucional do Poder Judiciário

- Se inclui todos os itens considerados de informação fundamental = 1
- Se inclui entre 4 e 5 dos itens da informação = 0.67
- Se inclui entre 1 e 3 dos itens da informação = 0.33
- Se não inclui nenhum dos itens considerados fundamentais = 0

### Critério de pesquisa e coleta de dados

Para os fins do presente índice, a página web institucional, para ser contabilizada como tal, deve conter principalmente as seguintes informações:

- informação sobre a composição e organização do Poder Judiciário: organograma analítico;
- lista atualizada de autoridades;

<sup>10</sup> N.A Os 21 indicadores foram traduzidos do espanhol forma livre pela autora. [www.ericas.org/cejacomunity/apl/prodespeciales/menuprodespecial.php?evento=57&pag=741](http://www.ericas.org/cejacomunity/apl/prodespeciales/menuprodespecial.php?evento=57&pag=741)

- diretório de telefones;
- diretório de direções de correios eletrônicos;
- lista de *links* a páginas oficiais de outros órgãos do sistema judiciário;
- acesso a documentos institucionais oficiais (discursos públicos de principais autoridades, declaração de contas ou informes de gestão);
- adicionalmente deverá ter-se em conta o domínio do site de referência, por exemplo: Poder Judiciário com a sigla “gov”; como também a declaração de “site oficial” na mesma página web.

## **2- Publicação de sentenças na internet**

- Se publicam sentenças de todos os tribunais = 1
- Se publicam sentenças de duas ou mais instâncias = 0.67
- Se publicam sentenças de somente uma instância = 0.33
- Não se publicam sentenças de nenhuma instância = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Acesso através de internet ao conteúdo de sentenças emitidas pelos tribunais que compõem o Poder Judiciário. Essas sentenças devem ser oficiais, isto é, devem ter sido publicadas pelo mesmo Poder Judiciário ou por outra instância (órgão público, empresa, instituição educativa ou outra) com que este último tenha firmado um convênio particular. As categorias do presente indicador se definem como:

- a) Se publicam sentenças de todos os tribunais, matérias e instâncias.
- b) Se publicam sentenças de duas ou mais instâncias e matérias.
- c) Se publicam sentenças somente de uma instância e matéria.
- d) Nenhuma sentença: Não se publicam as sentenças na internet.

## **3- Atualização de sentenças publicadas**

- Sentenças emitidas até o último mês concluído = 1

- Sentenças emitidas até o último ano concluído = 0,67
- Sentenças anteriores ao último ano concluído = 0,33
- Não se publicam sentenças pela internet = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Ficha da última atualização da base de dados oficial de sentenças aberta ao público ou, em sua falta, data da sentença mais recente oficialmente publicada, a que se possa acessar através da internet. Por base de dados oficial ou sentença oficialmente publicada se entende administrada pelo Poder Judiciário através de sua web institucional ou através do site de outra instância (órgão público, empresa, instituição educativa ou outra) com que o Poder Judiciário haja firmado um convênio privado. Quanto mais atual, mais elevada a pontuação. As categorias do indicador se definem como:

- a) Sentenças emitidas até o último mês concluído: é possível acessar através da internet as sentenças emitidas ao menos até o último mês concluído.
- b) Sentenças emitidas até o último ano concluído: é possível acessar através da internet as sentenças emitidas ao menos até o último ano concluído.
- c) Sentenças anteriores ao último ano concluído: é possível acessar através da internet as sentenças emitidas em anos anteriores ao último ano concluído.
- d) Não se publicam sentenças na internet: as sentenças emitidas pelo Poder Judiciário não são publicadas na internet.

### **4- Publicação de regulamentos internos, acordos e/ou instruções do Poder Judiciário**

- Se publicam acordos e/ou instruções na internet = 1
- Se não publicam acordos ou instruções na internet = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Publicação através de sua web institucional de cada novo acordo, instrução, regulamentação obrigatória para o conjunto do Poder Judiciário, emitidos pelo Poder Judiciário ou seus órgãos e instâncias deliberantes que afetem usuários.

### **5- Publicação regular de causas ingressadas na internet**

- Estatísticas dos últimos 5 anos, incluído o último ano concluído = 1
- Estatísticas de pelo menos 4 dos 5 últimos anos = 0,75
- Estatísticas de 2 até 3 dos 5 últimos anos = 0,5
- Estatísticas de pelo menos 1 dos 5 últimos anos = 0,25
- Não se publicam = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Acesso através da internet ao menos à informação agregada em nível nacional e desagregada por matéria, hierarquia e jurisdição.

Equivalente à publicação regular de estatísticas, pelo acesso através da internet a versões eletrônicas de Anuários Estatísticos ou outras publicações que contenham ao menos a informação antes mencionada.

### **6- Publicação regular de causas resolvidas na internet**

- Estatísticas dos últimos 5 anos, incluído o último ano concluído = 1
- Estatísticas de pelo menos 4 dos 5 últimos anos = 0,75
- Estatísticas de 2 até 3 dos 5 últimos anos = 0,5
- Estatísticas de pelo menos 1 dos 5 últimos anos = 0,25
- Não se publicam = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Acesso através da internet ao menos à informação agregada em nível nacional e desagregada por matéria, hierarquia e jurisdição.

Equivalente à publicação regular de estatísticas, pelo acesso através da

internet a versões eletrônicas de Anuários Estatísticos ou outras publicações que contenham ao menos a informação antes mencionada.

#### **7- Publicação regular de causas pendentes na internet**

- Estatísticas dos últimos 5 anos, incluído o último ano concluído = 1
- Estatísticas de pelo menos 4 dos 5 últimos anos = 0,75
- Estatísticas de 2 até 3 dos 5 últimos anos = 0,5
- Estatísticas de pelo menos 1 dos 5 últimos anos = 0,25
- Não se publicam = 0

#### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Acesso através da internet ao menos à informação agregada em nível nacional e desagregada por matéria, hierarquia e jurisdição:

Equivalente à publicação regular de estatísticas, pelo acesso através da internet a versões eletrônicas de Anuários Estatísticos ou outras publicações que contenham ao menos a informação antes mencionada.

#### **8- Publicação de agenda atualizada de tribunais**

- Sim = 1
- Não = 0

#### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Acesso anual pela internet à programação de salas, audiências, juízos orais ou outras atividades de administração de justiça. Para os fins do presente índice, para que a presença dessa agenda na internet possa ser contabilizada como tal, deve mostrar a programação, pelo menos, da semana em curso.

#### **9- Publicação de informação sobre recursos do Poder Judiciário**

(Infra-estrutura – Recursos tecnológicos – Recursos humanos)

- Informação disponível na internet sobre as três categorias de recursos, até o último ano concluído = 1
- Informação disponível na internet sobre pelo menos duas das três categorias de

recursos, até o último ano concluído = 0,67

- Informação disponível na internet sobre pelo menos uma das três categorias de recursos, até o último ano concluído = 0,33
- Informação sobre recursos não disponível na internet = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Infra-estrutura: superfície em metros quadrados ocupada por oficinas do Poder Judiciário.

Recursos tecnológicos: número de computadores dos órgãos do Poder Judiciário.

Recursos humanos: número de funcionários do Poder Judiciário, por hierarquias e/ou categorias ocupacionais.

Para os fins do presente índice a informação publicada sobre recursos, para ser contabilizada como tal, deve estar atualizada no último ano concluído.

### **10- Informação no orçamento atribuído e executado do ano em curso**

- Informação sobre entradas de recursos e gastos, desagregados por itens de gastos ou por grupos = 1
- Informação sobre entradas de recursos e gastos, sem desagregação = 0,67
- Informação sobre entradas de recursos e gastos = 0,33
- Não se publica pela internet = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Acesso pela internet aos dados sobre o orçamento anual executado do Poder Judiciário do ano em curso. A informação sobre este, para que possa ser contabilizada como tal, deve se apresentar por lançamento e contas aprovadas pela instância a que legalmente corresponda.

### **11- Informação desagregada sobre execução do estimado (orçamento) do sistema judiciário do último ano concluído**

- Sim = 1
- Não = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Acesso através da internet a dados desmembrados (entradas – saídas por item de gasto, segundo todas as contas e lançamentos aprovados pela instância a que legalmente corresponda) sobre o orçamento executado e consolidado do último ano concluído. Para os fins do presente índice, para que a informação sobre execução do orçamento do último ano concluído possa ser contabilizada como tal, os gastos devem apresentar ao menos o seguinte desmembramento:

- orçamento em remunerações;
- orçamento em custos operativos;
- orçamento em inversão.

### **12- Informação atualizada sobre salários e remunerações de funcionários do sistema judiciário**

- Informação disponível sobre salários-base, bônus de antiguidade, bônus por cumprimento de metas, segundo hierarquia e categoria ocupacional de funcionários = 1
- Informação disponível unicamente sobre salários-base e um dos tipos de bônus, segundo hierarquia e categoria ocupacional de funcionários = 0,75
- Informação disponível unicamente sobre salários-base, segundo hierarquia e categoria ocupacional de funcionários = 0,5
- Informação disponível unicamente sobre bônus = 0,25
- Informação não disponível na internet = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Acesso através da internet a dados sobre as seguintes informações:

Salário-base, por hierarquia e categoria ocupacional de funcionários.

- Montante de bônus ou suplementos salariais adicionais por antiguidade, desagregado por categorias.

- Montante de bônus ou suplementos salariais adicionais por cumprimento de objetivos.

Se a informação não se encontrar detalhada por hierarquia e categoria ocupacional de funcionários, não se contabilizará como publicada.

### **13- Informação curricular de autoridades e juízes**

- Sim= 1
- Não = 0

#### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Acesso através internet aos antecedentes pessoais de autoridades e funcionários do Poder Judiciário. Para os fins do presente índice, os antecedentes devem incluir a seguinte informação:

- Formação acadêmica (estudos superiores cursados pelo funcionário, com os respectivos graus acadêmicos alcançados em todos os níveis: licenciatura, magistério e doutorado). Estudos de especialização.
- Experiência laboral.

### **14- Informação sobre patrimônio pessoal de autoridades e juízes do sistema judicial**

- Sim = 1
- Não = 0

#### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Acesso através internet à declaração de patrimônio de cada funcionário do Poder Judiciário que contenha ao menos a seguinte informação:

- ativos financeiros e bens;
- passivos.

Para os fins do presente índice, a informação sobre patrimônio, para ser contabilizada como tal, deve corresponder, ao menos, ao último ano concluído.

### **15- Informação sobre sanções aplicadas a juízes ou funcionários**

- Sim = 1
- Não = 0

#### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Acesso através da internet ao conteúdo de sanções disciplinares ou de outra índole aplicadas a juízes ou funcionários de tribunais. Para ser contabilizada como tal, deve-se ter acesso às sanções atualizadas no último mês, ou, na falta deste, à sanção mais recente emitida por órgãos fiscalizadores do Poder Judiciário.

### **16- Publicação na internet de chamadas de concurso para contratação de pessoal**

- Publicação de requisitos para o desempenho do cargo e critérios para a avaliação de postulações
- Sim = 1
- Publicação de pelo menos um dos critérios = 0.5
- Não = 0

#### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Publicação na internet de chamados a concurso para contratação de pessoal temporário ou estável por parte do Poder Judiciário. O chamado a concurso público deve conter ao menos a seguinte informação:

- requisitos para o desempenho do cargo;
- critérios de avaliação de postulações.

### **17- Publicação na internet de chamadas a concurso para contratação de serviços externos**

- Publicação de requisitos ou referências e critérios para a avaliação de postulações
- Sim = 1
- Publicação de pelo menos um dos critérios = 0.5
- Não = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Publicação na internet de chamados a concurso para contratação de serviços externos por parte do Poder Judiciário. O chamado a concurso público deve conter ao menos a seguinte informação:

- termos de referência para a prestação do serviço;
- montantes oferecidos para a prestação de serviços;
- critérios de avaliação de propostas.

### **18- Publicação na internet de chamadas a concurso para licitações de bens e/ou infra-estrutura**

- Publicação de requisitos ou referências e critérios para avaliação postuladas
- Sim = 1
- Publicação de pelo menos um dos critérios =0.5
- Não = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Publicação na internet de processos de aquisição de insumos e outros serviços por parte do Poder Judiciário. O chamado a concurso público deve conter ao menos a seguinte informação:

- descrição dos insumos licitados, com todas as caracterizações técnicas;
- montante licitado;
- critérios de avaliação de propostas.

### **19- Regime de acesso a estatísticas**

- a) Acesso gratuito e universal = 1
- b) Acesso gratuito, mas que requer uma chave de acesso = 0,67
- c) Acesso pago = 0,33
- d) Sem acesso = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Referem-se a formas de acesso as estatísticas sobre causas ingressadas, resolvidas e pendentes.

### **20- Regime de acesso a sentenças**

- a) Acesso gratuito e universal = 1
- b) Acesso gratuito, mas que requer uma chave de acesso = 0,67
- c) Acesso pago = 0,33
- d) Sem acesso = 0-
- Nenhum dos anteriores = 0

### **Critério de pesquisa e coleta de dados**

Número mínimo de domínios da internet necessário para acessar a informação antes descrita:

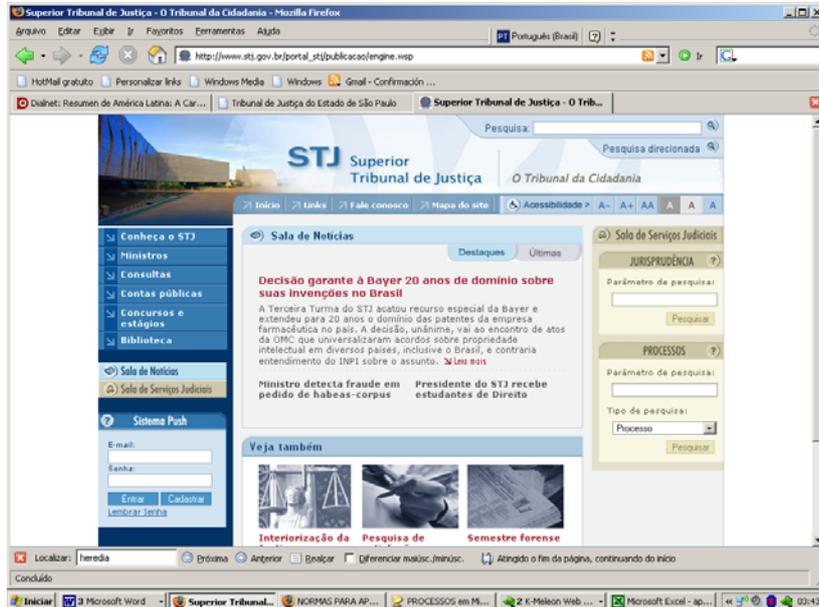
- sentenças;
- acordo;
- estatísticas;
- judiciais;
- orçamento assinado;
- orçamento executado;
- informação sobre recursos;
- informação sobre salários;
- informação sobre antecedentes pessoais;
- patrimônio pessoal de funcionários judiciários;
- chamados a concursos públicos;
- licitações públicas.

Em paralelo ao uso da metodologia do Ceja foi utilizada também, para fundamentação teórica, uma revisão de literatura atinente ao tema.



## 5.2 Página principal de cada portal

Figura 6 - Portal do STJ



Fonte: www.stj.gov.br

Figura 7 - Portal do TJRS



Fonte: http://www.tjrs.gov.br/

**Figura 8 - Portal do TJSP**



Fonte: <http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/home>

### 5.3 Tabulação dos dados

A seguir se demonstra os quesitos que foram pesquisados e pontuados segundo metodologia do Ceja. Destaca-se que se apresenta os quesitos em forma e tabela para facilidade de leitura, uma

1- Página WEB Institucional do poder judiciário	TJSP	TJRS	STJ
• Se inclui todos os itens considerados de informação fundamental = 1.	1,00	1,00	1,00
• Se inclui entre 4 e 5 dos itens da informação = 0.67	0	0	0
• Se inclui entre 1 e 3 dos itens da informação = 0.33	0	0	0
• Se não inclui nenhum dos itens considerados fundamentais = 0	0	0	0

2- Publicação de sentenças na internet	TJSP	TJRS	STJ
• Se publicam sentenças de todos os tribunais = 1	0	0	0
• Se publicam sentenças de duas ou mais instâncias = 0.67	0,67	0,67	
• Se publicam sentenças de somente uma instância = 0.33	0	0	0,33
• Não se publicam sentenças de nenhuma instância = 0	0	0	0

<b>3- Atualização de sentenças publicadas</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Sentenças emitidas até o último mês concluído = 1	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0</b>
• Sentenças emitidas até o último ano concluído = 0,67	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,67</b>
• Sentenças anteriores ao último ano concluído = 0,33	<b>0</b>	<b>0</b>	
• Não se publicam sentenças pela internet = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>4- Publicação de Regulamentos Internos, Acordos e/ou Instruções do Poder Judiciário</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Se publicam acordos e ou instruções na internet = 1	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>
• Se não publicam acordos ou instruções na internet = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>5- Publicação regular de causas ingressadas na internet</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Estatísticas dos últimos 5 anos, incluído o último ano concluído = 1.	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>
• Estatísticas de pelo menos 4 dos 5 últimos anos = 0,75	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Estatísticas de 2 até 3 dos 5 últimos anos = 0,5	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Estatísticas de pelo menos 1 dos 5 últimos anos = 0,25	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Não se publicam = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>6- Publicação regular de causas resolvidas na internet</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Estatísticas dos últimos 5 anos, incluído o último ano concluído = 1	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>
• Estatísticas de pelo menos 4 dos 5 últimos anos = 0,75	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Estatísticas de 2 até 3 dos 5 últimos anos = 0,5	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Estatísticas de pelo menos 1 dos 5 últimos anos = 0,25	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Não se publicam = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>7- Publicação regular de causas pendentes na internet</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Estatísticas dos últimos 5 anos, incluído o último ano concluído = 1	<b>0</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>
• Estatísticas de pelo menos 4 dos 5 últimos anos = 0,75	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Estatísticas de 2 até 3 dos 5 últimos anos = 0,5	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Estatísticas de pelo menos 1 dos 5 últimos anos = 0,25	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Não se publicam = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>8- Publicação de Agenda atualizada de Tribunais</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Sim = 1	<b>0</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>
• Não = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>9- Publicação de informação sobre recursos do Poder Judiciário</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
(Infra-estrutura- Recursos tecnológicos- Recursos humanos)	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Informação disponível na internet sobre as três categorias de recursos, até o último ano concluído = 1	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Informação disponível na internet sobre pelo menos duas das três categorias de recursos, até o último ano concluído = 0,67	<b>0</b>	<b>0,67</b>	<b>0</b>
• Informação disponível na internet sobre pelo menos uma das três categorias de recursos, até o último ano concluído = 0,33	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Informação sobre recursos não disponível na internet = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>10- Informação no orçamento atribuído e executado do ano em curso</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Informação sobre entradas de recursos e gastos, desagregados por itens de gastos ou por grupos = 1	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>
• Informação sobre entradas de recursos e gastos, sem desagregação = 0,67	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Informação sobre entradas de recursos e gastos = 0,33	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Não se publica pela internet = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>11- Informação desagregada sobre execução do estimado (orçamento) do sistema judiciário do último ano concluído</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Sim = 1	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1,00</b>
• Não = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>12- Informação atualizada sobre salários e remunerações de funcionários do sistema judiciário.</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Informação disponível sobre salário base, bônus de antiguidade, bônus por cumprimento de metas, segundo hierarquia e categoria ocupacional de funcionários = 1	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Informação disponível unicamente sobre salários base e um dos tipos de bônus, segundo hierarquia e categoria ocupacional de funcionário= 0,75	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Informação disponível unicamente sobre salários base, s segundo hierarquia e categoria ocupacional de funcionário = 0,5	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Informação disponível unicamente sobre bônus = 0,25	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Informação não disponível na internet = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>13- Informação Curricular de autoridades e Juízes</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Sim= 1	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>
• Não = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>14- Informação sobre patrimônio pessoal de autoridades e Juízes do sistema judicial</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Sim = 1	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Não = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>15- Informação sobre sanções aplicadas a juízes ou funcionários.</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Sim = 1	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Não = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>16- Publicação na internet de chamadas de concurso para contratação de pessoal</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Publicação de requisitos para o desempenho do cargo e critérios para a avaliação de postulações	0	0	0
• Sim = 1	1,00	1,00	1,00
• Publicação de pelo menos um dos critérios = 0.5	0	0	0
• Não = 0	0	0	0

<b>17- Publicação na internet de chamadas a concurso para contratação de serviços externos</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Publicação de requisitos ou referência e critérios para a avaliação de postulações	0	0	0
• Sim = 1	0	0	0
• Publicação de pelo menos um dos critérios = 0.5	0,50	0,50	0,50
• Não = 0	0	0	0

<b>18- Publicação na internet de chamadas a concurso para licitações de bens e/ou infra-estrutura</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Publicação de requisitos ou referencias e critérios para avaliação postuladas	0	0	0
• Sim = 1	0	0	0
• Publicação de pelo menos um dos critérios =0.5	0,50	0,50	0,50
• Não = 0	0	0	0

<b>19- Regime de acesso a estatísticas</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• a) Acesso gratuito e universal = 1	1,00	1,00	1,00
• b) Acesso gratuito, mas que requer uma chave de acesso = 0,67	0	0	0
• c) Acesso pago = 0,33	0	0	0
• d) Sem acesso = 0	0	0	0

<b>20- Regime de acesso a sentenças</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• a) Acesso gratuito e universal = 1	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>
• b) Acesso gratuito, mas que requer uma chave de acesso = 0,67	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• c) Acesso pago = 0,33	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• d) Sem acesso = 0	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>21- Centralização (países Federativos)</b>	<b>TJSP</b>	<b>TJRS</b>	<b>STJ</b>
• Se toda a informação do sistema federal e do sistema estadual estão em um mesmo portal = 1	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
• Se possui somente o foro federal ou a justiça estadual = 0.5	<b>0,50</b>	<b>0,50</b>	<b>0,50</b>

## 5.4 Aplicação dos resultados

A tabela a seguir retrata a aplicação dos resultados obtidos pelos 21 quesitos já distribuídos de conformidade com os percentuais estabelecidos pelo Ceja. Merece esclarecer que os subtotais representam os agrupamentos dos quesitos de conformidade com o exposto na tabela 1.

**Tabela 2 - Aplicação dos pesos por itens específicos da ponderação**

	Peso geral	divisão do peso por relevância	TJSP	Peso TJSP	TJRS	Peso	STJ	Peso
<b>1- Página WEB Institucional do poder judiciário</b>	5,00%	5,00%						
• Se inclui todos os itens considerados de informação fundamental = 1.		5,00%	1,00	5,00%	1,00	5,00%	1,00	5,00%
• Se inclui entre 4 e 5 dos itens da informação = 0.67		5,00%		0,00%		0,00%		0,00%
• Se inclui entre 1 e 3 dos itens da informação = 0.33		5,00%		0,00%		0,00%		0,00%
• Se não inclui nenhum dos itens considerados fundamentais = 0		5,00%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>Subtotais</b>			1,00	5,00%	1,00	5,00%	1,00	5,00%
<b>2- Publicação de sentenças na internet</b>	16,70%	8,35%		0,00%		0,00%		0,00%
• Se publicam sentenças de todos os tribunais = 1		8,35%		0,00%		0,00%		0,00%
• Se publicam		8,35%	0,67	5,59%	0,67	5,59%		0,00%

	Peso geral	divisão do peso por relevância	TJSP	Peso TJSP	TJRS	Peso	STJ	Peso
sentenças de duas ou mais instâncias = 0.67								
• Se publicam sentenças de somente <b>uma instância = 0.33</b>		8,35%		0,00%		0,00%	0,33	2,76%
• Não se publicam sentenças de nenhuma instância = 0		8,35%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>3- Atualização de sentenças publicadas</b>		8,35%		0,00%		0,00%		0,00%
• Sentenças emitidas até o último mês concluído = 1		8,35%	1,00	8,35%	1,00	8,35%		0,00%
• Sentenças emitidas até o último ano concluído = 0,67		8,35%		0,00%		0,00%	0,67	5,59%
• Sentenças anteriores ao último ano concluído = 0,33		8,35%		0,00%		0,00%		0,00%
• Não se publicam sentenças pela internet = 0		8,35%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>Subtotais</b>			1,67	13,94%	1,67	13,94%	1,00	8,35%
<b>4- Publicação de Regulamentos Internos, Acordos e/ou Instruções do Poder Judiciário</b>	5,00%			0,00%		0,00%		0,00%
• Se publicam acordos e ou instruções na internet = 1		5,00%	1,00	5,00%	1,00	5,00%	1,00	5,00%
• Se não publicam acordos ou instruções na internet = 0				0,00%		0,00%		0,00%

	Peso geral	divisão do peso por relevância	TJSP	Peso TJSP	TJRS	Peso	STJ	Peso
<b>Subtotais</b>			1,00	5,00%	1,00	5,00%	1,00	5,00%
<b>5- Publicação regular de causas ingressadas na internet</b>	16,70%			0,00%		0,00%		0,00%
• Estatísticas dos últimos 5 anos, incluído o último ano concluído = 1.		5,57%	1,00	5,57%	1,00	5,57%	1,00	5,57%
• Estatísticas de pelo menos 4 dos 5 últimos anos = 0,75		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
• Estatísticas de 2 até 3 dos 5 últimos anos = 0,5		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
• Estatísticas de pelo menos 1 dos 5 últimos anos = 0,25		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
• Não se publicam = 0		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>6- Publicação regular de causas resolvidas na internet</b>		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
• Estatísticas dos últimos 5 anos, incluído o último ano concluído = 1		5,57%	1,00	5,57%	1,00	5,57%	1,00	5,57%
• Estatísticas de pelo menos 4 dos 5 últimos anos = 0,75		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
• Estatísticas de 2 até 3 dos 5 últimos anos = 0,5		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%

	Peso geral	divisão do peso por relevância	TJSP	Peso TJSP	TJRS	Peso	STJ	Peso
• Estatísticas de pelo menos 1 dos 5 últimos anos = 0,25		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
• Não se publicam = 0		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>7- Publicação regular de causas pendentes na internet</b>		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
• Estatísticas dos últimos 5 anos, incluído o último ano concluído = 1		5,57%		0,00%	1,00	5,57%	1,00	5,57%
• Estatísticas de pelo menos 4 dos 5 últimos anos = 0,75		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
• Estatísticas de 2 até 3 dos 5 últimos anos = 0,5		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
• Estatísticas de pelo menos 1 dos 5 últimos anos = 0,25		5,57%		0,00%		0,00%		0,00%
• Não se publicam = 0		5,57%	0,00	0,00%		0,00%		0,00%
<b>Subtotais</b>			<b>2,00</b>	<b>11,13%</b>	<b>3,00</b>	<b>16,70%</b>	<b>3,00</b>	<b>16,70%</b>
<b>8- Publicação de Agenda atualizada de Tribunais</b>	<b>15,00%</b>			0,00%		0,00%		0,00%
• Sim = 1		15,00%		0,00%	1,00	15,00%	1,00	15,00%
• Não = 0		0,00%	0,00	0,00%		0,00%		0,00%
<b>Subtotais</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>1,00</b>	<b>15,00%</b>	<b>1,00</b>	<b>15,00%</b>
<b>9- Publicação de informação sobre recursos do Poder Judiciário</b>	<b>5,00%</b>	5,00%		0,00%		0,00%		0,00%
(Infra-estrutura- Recursos		5,00%		0,00%		0,00%		0,00%

	Peso geral	divisão do peso por relevância	TJSP	Peso TJSP	TJRS	Peso	STJ	Peso
tecnológicos– Recursos humanos)								
• Informação disponível na internet sobre as três categorias de recursos, até o último ano concluído = 1		5,00%		0,00%		0,00%		0,00%
• Informação disponível na internet sobre pelo menos duas das três categorias de recursos, até o último ano concluído = 0,67		5,00%		0,00%	0,67	3,35%		0,00%
• Informação disponível na internet sobre pelo menos uma das três categorias de recursos, até o último ano concluído = 0,33		5,00%		0,00%		0,00%		0,00%
• Informação sobre recursos não disponível na internet = 0		5,00%	0,00	0,00%		0,00%	0,00	0,00%
<b>Subtotais</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,67</b>	<b>3,35%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>10- Informação no orçamento atribuído e executado do ano em curso</b>	<b>16,70%</b>	<b>8,35%</b>		<b>0,00%</b>		<b>0,00%</b>		<b>0,00%</b>
• Informação sobre entradas de recursos e gastos, desagregados por itens de gastos ou		8,35%	1,00	8,35%	1,00	8,35%	1,00	8,35%

	Peso geral	divisão do peso por relevância	TJSP	Peso TJSP	TJRS	Peso	STJ	Peso
por grupos = 1								
• Informação sobre entradas de recursos e gastos, sem desagregação = 0,67		8,35%		0,00%		0,00%		0,00%
• Informação sobre entradas de recursos e gastos = 0,33		8,35%		0,00%		0,00%		0,00%
• Não se publica pela internet = 0		8,35%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>11- Informação desagregada sobre execução do estimado (orçamento) do sistema judiciário do último ano concluído</b>		8,35%		0,00%		0,00%		0,00%
• Sim = 1		8,35%		0,00%		0,00%	1,00	8,35%
• Não = 0		8,35%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		0,00%
<b>Subtotais</b>			<b>1,00</b>	<b>8,35%</b>	<b>1,00</b>	<b>8,35%</b>	<b>2,00</b>	<b>16,70%</b>
<b>12- Informação atualizada sobre salários e remunerações de funcionários do sistema judiciário.</b>	<b>10,00%</b>	<b>2,50%</b>		<b>0,00%</b>		<b>0,00%</b>		<b>0,00%</b>
• Informação disponível sobre salário base, bônus de antiguidade, bônus por cumprimento de metas, segundo hierarquia e categoria		2,50%		0,00%		0,00%		0,00%

	Peso geral	divisão do peso por relevância	TJSP	Peso TJSP	TJRS	Peso	STJ	Peso
ocupacional de funcionários = 1								
• Informação disponível unicamente sobre salários base e um dos tipos de bônus, segundo hierarquia e categoria ocupacional de funcionário= 0,75		2,50%		0,00%		0,00%		0,00%
• Informação disponível unicamente sobre salários base, s segundo hierarquia e categoria ocupacional de funcionário = 0,5		2,50%		0,00%		0,00%		0,00%
• Informação disponível unicamente sobre bônus = 0,25		2,50%		0,00%		0,00%		0,00%
• Informação não disponível na internet = 0		2,50%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>13- Informação Curricular de autoridades e Juizes</b>		2,50%		0,00%		0,00%		0,00%
• Sim= 1		2,50%	1,00	2,50%	1,00	2,50%	1,00	2,50%
• Não = 0		2,50%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>14- Informação sobre patrimônio pessoal de autoridades e Juizes do sistema judicial</b>		2,50%		0,00%		0,00%		0,00%
• Sim = 1		2,50%		0,00%		0,00%		0,00%

	Peso geral	divisão do peso por relevância	TJSP	Peso TJSP	TJRS	Peso	STJ	Peso
• Não = 0		2,50%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>15- Informação sobre sanções aplicadas a juizes ou funcionários.</b>		2,50%		0,00%		0,00%		0,00%
• Sim = 1		2,50%		0,00%		0,00%		0,00%
• Não = 0		2,50%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>Subtotais</b>			<b>1,00</b>	<b>2,50%</b>	<b>1,00</b>	<b>2,50%</b>	<b>1,00</b>	<b>2,50%</b>
<b>16- Publicação na internet de chamadas de concurso para contratação de pessoal</b>	<b>5,00%</b>	<b>1,67%</b>		<b>0,00%</b>		<b>0,00%</b>		<b>0,00%</b>
• Publicação de requisitos para o desempenho do cargo e critérios para a avaliação de postulações		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• Sim = 1		1,67%	1,00	1,67%	1,00	1,67%	1,00	1,67%
• Publicação de pelo menos um dos critérios = 0.5		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• Não = 0		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>17- Publicação na internet de chamadas a concurso para contratação de serviços externos</b>		<b>1,67%</b>		<b>0,00%</b>		<b>0,00%</b>		<b>0,00%</b>
• Publicação de		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%

	Peso geral	divisão do peso por relevância	TJSP	Peso TJSP	TJRS	Peso	STJ	Peso
<b>requisitos ou referência e critérios para a avaliação de postulações</b>								
• Sim = 1		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• Publicação de pelo menos um dos critérios = 0.5		1,67%	0,50	0,83%	0,50	0,83%	0,50	0,83%
• Não = 0		1,67%	0,00%		0,00%		0,00%	
<b>18- Publicação na internet de chamadas a concurso para licitações de bens e/ou infra-estrutura</b>		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• Publicação de requisitos ou referencias e critérios para avaliação postuladas		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• Sim = 1		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• Publicação de pelo menos um dos critérios =0.5		1,67%	0,50	0,83%	0,50	0,83%	0,50	0,83%
• Não = 0		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>Subtotais</b>			<b>2,00</b>	<b>3,333%</b>	<b>2,00</b>	<b>3,33%</b>	<b>2,00</b>	<b>3,33%</b>
<b>19- Regime de acesso a estatísticas</b>	5,00%	1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• a) Acesso gratuito e universal = 1		1,67%	1,00	1,67%	1,00	1,67%	1,00	1,67%
• b) Acesso gratuito, mas que requer uma chave de acesso = 0,67		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%

	Peso geral	divisão do peso por relevância	TJSP	Peso TJSP	TJRS	Peso	STJ	Peso
• c) Acesso pago = 0,33		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• d) Sem acesso = 0		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>20- Regime de acesso a sentenças</b>		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• a) Acesso gratuito e universal = 1		1,67%	1,00	1,67%	1,00	1,67%	1,00	1,67%
• b) Acesso gratuito, mas que requer uma chave de acesso = 0,67		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• c) Acesso pago = 0,33		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• d) Sem acesso = 0		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
<b>21- Centralização (países Federativos)</b>		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• Se toda a informação do sistema federal e do sistema estadual estão em um mesmo portal = 1		1,67%		0,00%		0,00%		0,00%
• Se possui somente o foro federal ou a justiça estadual = 0.5		1,67%	0,50	0,83%	0,50	0,83%	0,50	0,83%
<b>Subtotais</b>			<b>2,50</b>	<b>4,17%</b>	<b>2,50</b>	<b>4,17%</b>	<b>2,50</b>	<b>4,17%</b>
<b>Totais</b>			<b>12,17</b>	<b>53,43%</b>	<b>14,84</b>	<b>77,34%</b>	<b>14,50</b>	<b>76,75%</b>

Fonte: elaboração própria

## 5.5 Apresentação de resultados por agrupamento e totalização geral

A tabela a seguir mostra a consolidação dos subtotais da tabela 2 e agrupa os 21 quesitos de conformidade com a metodologia do Ceja

**Tabela 3 -Valores consolidados por grupo**

Descrição	Peso relativo no índice	TJSP	TJRS	STJ
Existência de web Page	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Publicação e atualização de sentenças	16,70%	13,94%	13,94%	8,35%
Publicação e atualização de regulamentos	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Publicação de estatísticas de causas ingressadas, resolvidas e pendentes	16,70%	11,13%	16,70%	16,70%
Publicação de agenda dos Tribunais	15,00%	0,00%	15,00%	15,00%
Publicação de recursos físicos e materiais com que contam os tribunais	5,00%	0,00%	3,35%	0,00%
Orçamento	16,70%	8,35%	8,35%	16,70%
Salários antecedentes, curriculares, patrimônio e temas disciplinares de funcionários relevantes	10,00%	2,50%	2,50%	2,50%
Publicação de Concursos e licitações para contratações	5,00%	3,33%	3,33%	3,33%
Regime de acesso e centralização de informação	5,00%	4,17%	4,17%	4,17%

Descrição	Peso relativo no índice	TJSP	TJRS	STJ
Total		53,43%	77,34%	76,75%

### 5.6 Totalização de cada tribunal e ordem de classificação por relevância

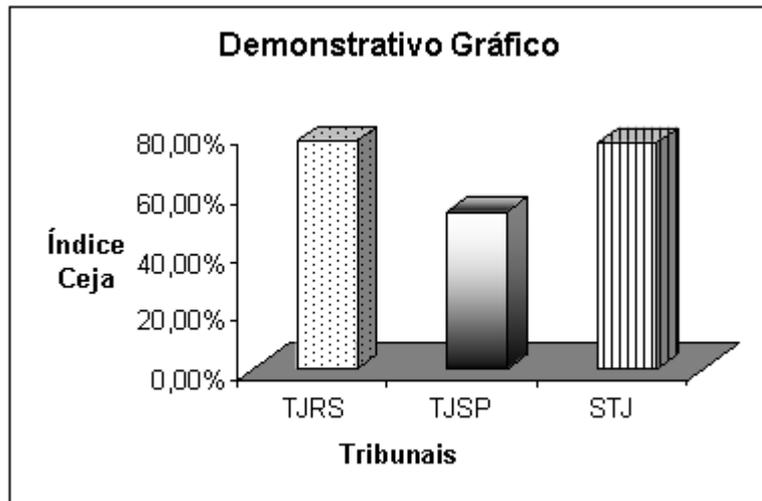
A tabela a seguir mostra por ordem decrescente o índice de acessibilidade dos tribunais estudados de conformidade com a metodologia do Ceja.

**Tabela 4 - Tabela descritiva da classificação dos tribunais**

Ordem	Tribunal	Índice Ceja
1	TJRS	77,34%
2	TJSP	53,43%
3	STJ	76,75%

Fonte: elaboração própria

**Figura 9 - Gráfico relativo à classificação dos tribunais**



Fonte: elaboração própria

## Considerações Finais

Finda a etapa da aplicação metodológica, na seção anterior, pode-se dizer que este trabalho procurou retratar os aspectos fundamentais da informação, seu papel dentro da história como elo do conhecimento e sua potencialidade de ação e transformação sobre o sujeito social.

A revisão de literatura foi de fundamental importância, para a compreensão dos conceitos oferecidos pela Ciência da Informação ao tema, cujo discurso obrigatoriamente teve que irromper pelo tempo histórico.

No que tange aos números apurados na seção anterior, eles são resultantes de uma ferramenta de auxílio que permitiu comparar e avaliar como os tribunais estudados estão respondendo para a sociedade através da disponibilização das informações relevantes para a cidadania.

Destaca-se que as respostas informacionais englobaram desde decisões nos processos que envolvem o cidadão, até as questões de cunho estrutural e orçamentária, condição que permite ao próprio cidadão conhecer como está sendo tratada e administrada “sua justiça”.

Detectou-se que o Tribunal de Justiça de São Paulo a menor pontuação entre os tribunais estudados não publicou na internet: causas pendentes de julgamento, agenda atualizada dos Tribunais, informações sobre recursos do poder judiciário, bem como não publicou informação desagregada sobre execução do estimado (orçamento) do sistema judiciário do último ano concluído.

O TJRS não publicou na internet: a informação desagregada sobre execução do estimado (orçamento) do sistema judiciário do último ano concluído.

O STJ não publicou na internet: de informação sobre recursos do Poder Judiciário.

Em comum, os três tribunais não publicaram: informação atualizada sobre salários e remunerações de funcionários do sistema judiciário, informação sobre patrimônio pessoal de autoridades e Juízes do sistema judicial, e, informação

sobre sanções aplicadas a juízes ou funcionários.

Desta forma a hipótese lançada inicialmente de que esses tribunais estariam abaixo do índice geral do Brasil, somente se consolidou no caso do TJSP, uma vez que o TJRS e o STJ ficaram com índice superior.

Nesse aspecto pode-se deduzir que os números apurados nesta pesquisa, quando comparados com os tribunais dos países medidos pelo Centro de Estudios de Justicia de las Américas (Ceja), revelam que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) estaria em segundo lugar, somente atrás dos Estados Unidos.

Um dos pontos prováveis do marco alcançado pelo TJRS deve-se a linha pioneira desse tribunal de alçar uma preocupação mais acentuada com o meio social e desta forma dispor de forma mais acessível às informações básicas para o exercício da cidadania. Tal condição pode ser verificada pelo próprio pioneirismo deste Tribunal em adotar e conduzir o Direito alternativo<sup>11</sup> em franco desafio à forma tradicional com que o Direito é tratado nos outros tribunais.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) ocuparia o terceiro lugar, portanto à frente do índice Brasil medido pelo Ceja que lhe dá a sexta posição dentre os países das Américas.

Já o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) ocuparia a décima posição e se colocaria a frente do Peru e atrás do índice Brasil.

---

<sup>11</sup> Aliás é importante replicar o entendimento dado por Liberato (2001) ao Direito alternativo como forma objetiva de abordar a norma jurídica além do seu aspecto formal com a intenção de tornar o próprio Direito mais justo e mais adequado no combate as desigualdades sociais e econômicas.

**Quadro 1- comparativo do Ranking dos países medidos pelo Ceja com os tribunais estudados neste trabalho**

<b>País</b>	<b>2006</b>	<b>Lugar em 2006</b>
Estados Unidos	86,60%	1
<b>TJRS</b>	<b>77,34%</b>	2
<b>STJ</b>	<b>76,75%</b>	3
Costa Rica	76,00%	4
Canadá	74,60%	5
Argentina	64,90%	6
México	64,50%	7
Brasil	63,10%	8
Venezuela	60,30%	9
<b>TJSP</b>	<b>53,43%</b>	10
Perú	50,50%	11

Fonte: elaboração própria.

Pode-se inferir que a condição da informação nesses moldes não obedece a uma relação de dependência com a riqueza do país ou da região. Tal fato pode ser constatado quando se compara o TJSP que pertence ao estado da federação mais rico do Brasil com o TJRS, aliás, este fato pode ser constatado pelo próprio ranking de países apresentado pelo Ceja, no qual o judiciário de Costa Rica é mais bem classificado que o judiciário do Canadá.

Nessa linha de raciocínio, quando se observa o ranking do Ceja, e o estudo aqui realizado, pode-se apenas cogitar que países ou regiões com melhor taxa de escolarização tendem a possuir um conjunto de informações judiciais mais dinâmicos, porém trata-se de tendência e não de condição.

Com a apuração dos dados tabulados dos tribunais estudados, podemos concluir que no período analisado, parte dos estoques das informações judiciais necessárias não foi disponibilizada, a destacar a estatística insuficiente sobre o número de causas pendentes, como é o caso do TJSP, a publicação de recursos físicos e materiais, e as deficiências de informação sobre o orçamento existente em âmbito geral.

Deve-se destacar também que embora a informação judicial seja um objeto específico e de preocupação recente dentro dos estudos da acessibilidade e da recuperação da informação, existe uma mobilização dos agentes envolvidos em estabelecer modelos e metodologia.

Por fim, uma das grandes questões a colocar é que a Ciência da Informação deveria se envolver mais com a condição da informação pública, ou seja, na própria condição da informação como elo de conversão do direito em cidadania, fato que refletiria em consideráveis ganhos para seu próprio campo como Ciência Social.

## Bibliografia

ATIENZA, Cecília A.. **Documentação Jurídica**: Introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BARRETO, ALDO DE ALBUQUERQUE. A condição da informação. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 16, n. 3, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392002000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 jan 2006.

\_\_\_\_\_. **A** eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. Rio de Janeiro, março de 1996. Disponível em <<http://www.alternex.com.br/~aldoibct/avaliaao.htm>> acesso em 23/05/2002

\_\_\_\_\_. O mercado de informação no Brasil. **Transinformação**. Vol.10, n.2, Maio/Agosto, 1998. Disponível em <[www.puc-campinas.edu.br/si/temp/transinformacao](http://www.puc-campinas.edu.br/si/temp/transinformacao)> Acesso em fev. 2003

\_\_\_\_\_. Os agregados de informação – Memória, esquecimento e estoques de informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação [www.dgz.org.br/jun00/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/jun00/Art_01.htm).

\_\_\_\_\_. Os Destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama, **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação - n. zero dez/99, artigo 03. Disponível em: < [http://www.dgzero.org/dez99/Art\\_03.htm](http://www.dgzero.org/dez99/Art_03.htm) >. Acesso em 12/11/2002.

\_\_\_\_\_. V CIFORM. **Encontro Nacional de Ciência da Informação**. 2004 Disponível em <[http://www.cinform.ufba.br/v\\_anais/palestras/polinforma.ppt](http://www.cinform.ufba.br/v_anais/palestras/polinforma.ppt)>. Acesso em 15/05/2006.

\_\_\_\_\_. A representação da informação imperfeita **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação - v.7 n.2 abr/06 .

\_\_\_\_\_. **E** assim nasceu a ciência da informação.. Disponível em <[http://listas.ibict.br/pipermail/bib\\_virtual/2005-June/001480.html](http://listas.ibict.br/pipermail/bib_virtual/2005-June/001480.html)> Acesso em 15/10/06.

\_\_\_\_\_. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v 8, n 4 , 1994.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.1.

\_\_\_\_\_. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CEJA - Centro de Estudios de Justicia de las Américas. **Índice de Accesibilidad de La Información Judicial en internet**, 2º Versión, 2006. Disponível em

<http://www.cejamericas.org/cejacomunity/apl/prodespeciales/menuprodespecial.php?evento=57&pag=740>

CICHOCKI Neo, José. **Limitações ao acesso à justiça**. Curitiba: Juruá, 1999.

CINTRA, A.M., KOBASHI, N.Y., LARA, M.L.G. de, TÁLAMO, M.F.G. **Para entender as linguagens documentárias**. 2.ed. São Paulo: Polis, 2002.

COUTINHO, Heliana M. de A. **O Juiz Agente Político**. Campinas-SP: Copola, 1998.

FARIA, José Eduardo. **Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOSKETT, Antony C. **A abordagem temática da informação**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1973.

FREIRE, Isa. M., RODRIGUES, Vânia m. r. h. de. A responsabilidade social da Ciência da Informação. **Transinformação**. Vol. 11, n1, Janeiro/Abril, 1999. <[www.puc-campinas.edu.br/si/temp/transinformacao](http://www.puc-campinas.edu.br/si/temp/transinformacao)> Acesso em jun. 2003

FREITAS, Helio. **Nem tudo é notícia: O grupo folha na internet**. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em <<http://www2.metodista.br/unesco/helio/capitulo2.htm>> Acesso em 21/10/2006

GADOTTI, Moacir. **A autonomia como estratégia da qualidade de ensino e a nova organização do trabalho na escola**. in Seminário Nacional ESCOLA CIDADÃ: Aprender e Ensinar Participando Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre 24-26 de março de 1994. Disponível em <[http://www.paulofreire.org/Moacir\\_Gadotti/Artigos/Portugues/Escola\\_Cidada/A%20autonomia\\_qualidade\\_ensino\\_1994.pdf](http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Escola_Cidada/A%20autonomia_qualidade_ensino_1994.pdf)> Acesso em 22/03/2006.

GINEZ DE LARA, Marilda Lopes. Novas relações entre Terminologia e Ciência da Informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação - v.7 n.4 ago/06..p.1

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652003000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 jan 2007.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Elaboração de ementas jurisprudenciais: elementos teóricos- metodológicos**. 2004, p. 7. Disponível em <<http://www.cjf.gov.br/revista/monografia09.pdf>> Acesso em 12/12/2006.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. O Breve Séc. XX. Companhia das Letras, 2003.

HOFFMANN, Ricardo. **Execução Provisória**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, 2003. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392003000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300004&lng=en&nrm=iso)>. Access on: 25 Oct 2006. doi: 10.1590/S0102-88392003000300004.

LARC - Laboratório de Arquitetura e Redes de Computadores. História da internet Disponível em <[www.redes.usp.br/conteudo.asp?assunto=30&formato=geral&secao=redes](http://www.redes.usp.br/conteudo.asp?assunto=30&formato=geral&secao=redes)> Acesso em 24/05/2006.

LAWRENCE Steve, GILES C. Lee - Searching the World Wide Web. **SCIENCE** . VOL. 280 . 3 APRIL 98- 1998. [www.sciencemag.org. http://clgiles.ist.psu.edu/papers/Science-98.pdf](http://clgiles.ist.psu.edu/papers/Science-98.pdf).

LAWRENCE Steve, GILES C. Lee. Accessibility of information on the web NATURE| VOL 400, 8 JULY 1999 . [www.nature.com. http://clgiles.ist.psu.edu/papers/Nature-99.pdf](http://clgiles.ist.psu.edu/papers/Nature-99.pdf).

LE COADIC, Yves. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LESK, Michael. The Seven Ages of Information Retrieval. Disponível em <<http://www.lesk.com/mlesk/ages/ages.html> > Acesso em 22/10/2006.

LIBERATO, Gustavo tavares Cavalcanti. O direito alternativo e a escola do direito livre. disponível em <[www.pgm.fortaleza.ce.gov.br/revistaPGM/vol09/13DireitoAlternativo.htm#](http://www.pgm.fortaleza.ce.gov.br/revistaPGM/vol09/13DireitoAlternativo.htm#)> acesso em 25/11/2006.

LIMA et al. Gestão do vocabulário controlado da USP. **Transinformação**, Campinas, 18(1):] 7-25, jan./abr., 2006.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANDEL, Arnaldo; SIMON, Imre; LYRA Jorge L.. Informação: computação e comunicação. **Revista da USP**, v. 35, p. 11-45, 1997.

MIRANDA, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652000000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 Out 2006. doi: 10.1590/S0100-19652000000200010.

NOGUEIRA, José Jorge Meschiatti. **A exclusão social no mercado da informação no Brasil na década de 1990**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, 2004. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. *Orientador*: Raimundo Nonato Macedo dos Santos.

PAIVA, Mário Antônio Lobato de. Regras mínimas para a difusão de informação judicial em internet . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 131, 14 nov. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4427>>. Acesso em: 30 jan. 2007.

PÁSARA, Luis. Cambios en el sistema de justicia y sociedad civil. **CEJA** - Centro de Estudios de Justicia de las Américas, proyectos. Disponível em

[www.cejamericas.org/doc/proyectos/cambios\\_sistema.pdf](http://www.cejamericas.org/doc/proyectos/cambios_sistema.pdf)

PINSKY, Jaime; PISNKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Fabio Mascarenhas e; SANTOS, R. N. M.. Um estudo das contribuições do hipertexto para o fluxo de informação em meio eletrônico. **Biblios** (Lima), v. 24, p. 12-26, 2006.

SOLANO, Montserrat. El acceso a la información judicial en Perú, Chile y Argentina. **CEJA** - Centro de Estudios de Justicia de las Américas, artículo 8 numeral 2b, 2004. disponível em <[www.cejamericas.org/doc/proyectos/solano-comparativo-acceso-informacion.pdf](http://www.cejamericas.org/doc/proyectos/solano-comparativo-acceso-informacion.pdf)>

ZAKON. Robert H. Hobbes Internet timeline v8.2. Disponível em <<http://www.zakon.org/robert/internet/timeline/>> Acesso em 12/10/2006.

# Anexos

## Fonte de coleta de dos endereços pesquisados

### Tribunal

#### Endereço WEB

1

TJSP

<http://portal.tj.sp.gov.br>

TJRS

<http://www.tj.rs.gov.br>

STJ

<http://www.stj.gov.br>

2

TJSP

[http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/!ut/p/\\_s.7\\_0\\_A/7\\_0\\_LQ](http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/!ut/p/_s.7_0_A/7_0_LQ)

TJRS

[http://www.tj.rs.gov.br/site\\_php/consulta/consulta\\_sentenca.php?id\\_comarca=porto\\_alegre&num\\_processo=10501539895&code=3735](http://www.tj.rs.gov.br/site_php/consulta/consulta_sentenca.php?id_comarca=porto_alegre&num_processo=10501539895&code=3735)

STJ

<http://www.stj.gov.br/webstj/Processo/justica/detalhe.asp?numreg=200400249823&pv=000000000000&cmdSubmit=Mostrar>

3

TJSP

<http://juris.tj.sp.gov.br/>

TJRS

pesquisa palavra ementa - jurisprudência

STJ

pesquisa palavra ementa - jurisprudência

4

TJSP

[http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/tj.noticia.visualizar?noticia\\_id=30444&urlVoltar=/wps/portal/home](http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/tj.noticia.visualizar?noticia_id=30444&urlVoltar=/wps/portal/home)

TJRS

<http://www.tj.rs.gov.br/legisla/ritjrs.php>

STJ

[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=315](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=315)

5

TJSP

<http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/tj.noticia.categoria?categoria=70&titulo=Estat%C3%ADstica>

s%20-%20Movimento%20Judici%C3%A1rio%20-  
%20Totaliza%C3%A7%C3%A3o%20Mensal&mostrarLista=false&mostrarData=true&listarRed  
uzido=20&listarAmplio=TUDO

TJRS

[http://www.tj.rs.gov.br/institu/contas/r\\_anual/indice.php](http://www.tj.rs.gov.br/institu/contas/r_anual/indice.php)

STJ

<http://www.stj.gov.br/webstj/Processo/Boletim/>

**6**

TJSP

[http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/tj.noticia.categoria?categoria=70&titulo=Estat%C3%ADstica  
s%20-%20Movimento%20Judici%C3%A1rio%20-  
%20Totaliza%C3%A7%C3%A3o%20Mensal&mostrarLista=false&mostrarData=true&listarRed  
uzido=20&listarAmplio=TUDO](http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/tj.noticia.categoria?categoria=70&titulo=Estat%C3%ADstica<br/>s%20-%20Movimento%20Judici%C3%A1rio%20-<br/>%20Totaliza%C3%A7%C3%A3o%20Mensal&mostrarLista=false&mostrarData=true&listarRed<br/>uzido=20&listarAmplio=TUDO)

TJRS

[http://www.tj.rs.gov.br/institu/contas/r\\_anual/indice.php](http://www.tj.rs.gov.br/institu/contas/r_anual/indice.php)

STJ

<http://www.stj.gov.br/webstj/Processo/Boletim/>

**7**

TJSP

não consta

TJRS

[http://www.tj.rs.gov.br/institu/contas/r\\_anual/indice.php](http://www.tj.rs.gov.br/institu/contas/r_anual/indice.php)

STJ

<http://www.stj.gov.br/webstj/Processo/Boletim/sumario.asp>

**8**

TJSP

não consta por completo

TJRS

[http://www.tj.rs.gov.br/servicos/calendario/calendario\\_sessoes.php](http://www.tj.rs.gov.br/servicos/calendario/calendario_sessoes.php)

STJ

<http://www.stj.gov.br/webstj/processo/calendarioPauta/calendario.asp>

**9**

TJSP

Não consta

TJRS

[http://www.tj.rs.gov.br/institu/contas/r\\_anual/rel2005/cap08.pdf](http://www.tj.rs.gov.br/institu/contas/r_anual/rel2005/cap08.pdf)

STJ

**10**

TJSP

[http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/tj.noticia.visualizar?noticia\\_id=32888&urlVoltar=/wps/portal/tj.noticia.categoria?categoria=75&titulo=Relatorio%20de%20Gest%C3%A3o%20Fiscal&mostrarLista=false&listarReduzido=20&listarAmplio=TUDO&tituloEstatico=&urlEstatico=&linkEstatico=&rodape=](http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/tj.noticia.visualizar?noticia_id=32888&urlVoltar=/wps/portal/tj.noticia.categoria?categoria=75&titulo=Relatorio%20de%20Gest%C3%A3o%20Fiscal&mostrarLista=false&listarReduzido=20&listarAmplio=TUDO&tituloEstatico=&urlEstatico=&linkEstatico=&rodape=)

TJRS

[http://www.tj.rs.gov.br/institu/contas/r\\_fiscal/indice.php](http://www.tj.rs.gov.br/institu/contas/r_fiscal/indice.php)

STJ

[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=621](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=621)

**11**

TJSP

NÃO CONSTA

TJRS

NÃO CONSTA

STJ

[http://www.stj.gov.br/webstj/adm/ContasPublicas/mostra\\_htm.asp](http://www.stj.gov.br/webstj/adm/ContasPublicas/mostra_htm.asp)

**12**

TJSP

NÃO CONSTA

TJRS

NÃO CONSTA

STJ

NÃO CONSTA

**13**

TJSP

NÃO CONSTA

TJRS

[http://www.tj.rs.gov.br/site\\_php/institu/mostra\\_curriculo.php?codigo=345](http://www.tj.rs.gov.br/site_php/institu/mostra_curriculo.php?codigo=345)

STJ

[http://www.stj.gov.br/webstj/ministros/Curriculo\\_internet.asp?Minis=0001110](http://www.stj.gov.br/webstj/ministros/Curriculo_internet.asp?Minis=0001110)

**14**

TJSP

não consta

TJRS

não consta

STJ

não consta

**15**

TJSP

não consta

TJRS

não consta

STJ

não consta

**16**

TJSP

[http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal!ut/p/s.7\\_0\\_A/7\\_0\\_L7](http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal!ut/p/s.7_0_A/7_0_L7)

TJRS

[http://www.tj.rs.gov.br/conc/realizados\\_cvalidade\\_1g.php](http://www.tj.rs.gov.br/conc/realizados_cvalidade_1g.php)

STJ

[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=538](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=538)

**17**

TJSP

[http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/tj.iframe?url=%2Fdmslicitacoes%2Ftjsp\\_dmslicitacoes\\_novas.asp%3Fopcao%3DLicita%C3%A7%C3%B5es+++Editais](http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/tj.iframe?url=%2Fdmslicitacoes%2Ftjsp_dmslicitacoes_novas.asp%3Fopcao%3DLicita%C3%A7%C3%B5es+++Editais)

TJRS

[http://www.tj.rs.gov.br/site\\_php/licit/mostralicitacoes.php?tipo=8](http://www.tj.rs.gov.br/site_php/licit/mostralicitacoes.php?tipo=8)

STJ

consta aviso de apresentação de CPF?CNPJ para retirar o Edital

**18**

TJSP

[http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/tj.iframe?url=%2Fdmslicitacoes%2Ftjsp\\_dmslicitacoes\\_novas.asp%3Fopcao%3DLicita%C3%A7%C3%B5es+++Editais](http://portal.tj.sp.gov.br/wps/portal/tj.iframe?url=%2Fdmslicitacoes%2Ftjsp_dmslicitacoes_novas.asp%3Fopcao%3DLicita%C3%A7%C3%B5es+++Editais)

TJRS

[http://www.tj.rs.gov.br/site\\_php/licit/mostralicitacoes.php?tipo=8](http://www.tj.rs.gov.br/site_php/licit/mostralicitacoes.php?tipo=8)

STJ

[http://www.stj.gov.br/webstj/adm/licitacao/compras\\_diretas.asp?vPortalAreaPai=290&vPortalArea=342&vPortalAreaRaiz=](http://www.stj.gov.br/webstj/adm/licitacao/compras_diretas.asp?vPortalAreaPai=290&vPortalArea=342&vPortalAreaRaiz=)

**19**

TJSP

Item 5 - acesso gratuito

TJRS

Item 5 - acesso gratuito

STJ

Item 5 - acesso gratuito

20

TJSP

em todos os casos necessário o nº do processo com acesso p/ qualquer cidadão

TJRS

em todos os casos necessário o nº do processo com acesso p/ qualquer cidadão

STJ

em todos os casos necessário o nº do processo com acesso p/ qualquer cidadão

**21**

TJSP

TJRS

STJ